



PPP

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



CENTRO EDUCACIONAL PROF. ÁUREO DE OLIVEIRA FILHO



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



CENTRO EDUCACIONAL PROFESSOR ÁUREO DE OLIVEIRA FILHO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ANGUERA-BA, 22 DE DEZEMBRO DE 2022

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre (PAULO FREIRE, 1989).

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

DIRETOR ESCOLAR

Ubirajara Dias Cruz

VICE- DIRETOR:

Júlio Cesar Lobo Almeida

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

Sabrina Oliveira Cerqueira

PROFESSORES COLABORADORES:

Andreia Abdon Peixoto

Ana Claudia Castor Antunes

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Sampaio Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Perfil Identitário

1.1.1 Função Social: Missão, Visão e Valores

1.1.2 Organização do Tempo Escolar

1.2. Linha do Tempo: História Institucional

1.3. Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, de Sociedade e de Cultura

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

2.4. Concepção de Currículo

2.4.1 Fundamentos do Currículo

2.4.2. Princípios do Currículo

2.5. Concepção de Gestão Democrática

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

2.6.2. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O Planejamento Pedagógico

3.2. Avaliação para a Aprendizagem

3.3. Temas Integradores

3.4 As Atividades Complementares

3.5. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. O Ensino fundamental

4.2. Anos Finais do Ensino Fundamental

4.2.1. Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada

4.2.2 Transição do 9º Ano para o Ensino Médio

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA)

5.2. A Política da Educação Inclusiva

5.2.1. Concepção da Escola Inclusiva

5.2.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação Inclusiva

5.3. A Política de Educação do Campo

5.4. A Política da Inovação Tecnológica

5.4.1. Concepção da Inovação e Tecnologia

5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

5.4.3. Diretrizes da Inovação Tecnológica

5.5. A Política da Inovação Estudantil

5.5.1. Concepção de Assistência Estudantil

5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil

5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional

5.6.1. Concepção da Formação Continuada

5.6.2. Princípios Orientadores da formação Continuada

5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada

5.7. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

5.7.1. Concepção Comunicação Escolar / Família / Comunidade

5.7.2. Princípios da Comunicação Escola / Família / Comunidade

5.7.3. Diretrizes da comunicação Família / Escola / Comunidade

6. Acompanhamento e Avaliação do Projeto Político Pedagógico

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

6.2. Aspectos Teóricos / Metodológicos do Processo

6.3. Diretrizes para Implementação do PPP

6.4. O Programa Institucional de Avaliação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento que apresenta todos os objetivos que a escola se propõe alcançar, incluindo assim, princípios, diretrizes e metas estabelecidas pela comunidade escolar. De acordo Freitas (2009), esse documento se organiza através de propostas concretas para todo o período letivo. Nele são expressas concepções políticas e o compromisso com relação à formação. O autor acrescenta que o PPP funciona como roteiro para a comunidade pedagógica, pois norteará o trabalho de todos os atores envolvidos no espaço escolar.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico é a própria identidade da escola. Por essa razão, é fundamental que a instituição de ensino promova o diálogo entre toda a comunidade escolar, prezando pelo cumprimento do que está posto, objetivando a consolidação das aprendizagens.

O PPP é o norte pedagógico para a escola no cotidiano, devendo ser observado pela gestão escolar, professores, alunos, educadores e servidores de apoio, pais e responsáveis dos alunos, bem como a comunidade local.

A construção desse documento ocorreu de forma democrática, a partir do diagnóstico levantado junto a todos os segmentos, cumpriu um cronograma de formações e encontros programados, bem como está respaldado pela legislação educacional e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Trata-se de um texto flexível, sujeito a reformulações periódicas, pois as práticas pedagógicas, sobretudo, no momento atual, transitam dentro de um universo de constantes inovações sociais, cabendo à escola perceber essas transformações, avaliar e planejar estratégias buscando sempre inserir novos procedimentos na prática pedagógica, sem perder de vista os valores éticos e morais que disciplinam a relação de respeito entre todos os envolvidos nesse processo.

Este PPP passa a vigorar na data de 22 de dezembro de 2022, quando o texto foi apresentado e acolhido em Audiência Pública convocada e dirigida pelo Comitê Local de Gestão Colaborativa do Processo de (Re)elaboração dos PPP's das Escolas.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho (CEPAOF);

ENDEREÇO: Avenida Felipe Pedreira Brandão, S/N, Centro;

CEP: 44670-063;

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia;

LOCALIZAÇÃO: Região do semiárido nordestino;

E-MAIL: cepaof.escola@gmail.com;

TELEFONE: (75) 3239-6511;

CNPJ: 01.963.752/0001-10;

CÓDIGO DO INEP/SÉRIE: 29435463;

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera;

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: Decreto Nº 122, de 03 Janeiro de 1974 e Resolução Nº 1.454, de 04 de Maio de 1985;

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Regular e Educação Especial

NÚMERO DE TURMAS E ESTUDANTES NO ANO DE 2022:

SÉRIE	TURMA	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
6º ANO	A	MATUTINO	21
6º ANO	B	MATUTINO	24
6º ANO	C	MATUTINO	16
7º ANO	A	MATUTINO	23
7º ANO	B	MATUTINO	22
7º ANO	C	MATUTINO	16
8º ANO	A	MATUTINO	27
8º ANO	B	MATUTINO	24
9º ANO	ÚNICA	MATUTINO	20
6º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	29
7º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	26
8º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	20
9º ANO	ÚNICA	VESPERTINO	10
TOTAL			278

QUADRO DE PROFISSIONAIS:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
UBIRAJARA DIAS CRUZ	DIRETOR	MESTRADO
JÚLIO CESAR LOBO DE ALMEIDA	VICE-DIRETOR	ESPECIALIZAÇÃO
SABRINA OLIVEIRA CERQUEIRA	COORDENADORA	ESPECIALIZAÇÃO
SANDRA SUELI DE OLIVEIRA RODRIGUES	ASSISTENTE COORDENAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO
LIDIANE FREITAS DE JESUS	ASSISTENTE COORDENAÇÃO	MESTRADO
JOSEANE MOREIRA SANTOS OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO FORMAÇÃO GERAL
VERA LÚCIA ALVES DE ALMEIDA MENDES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO MAGISTERIO
JOÃO BATISTA RODRIGUES MENDES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO MAGISTERIO
ANTÔNIO JUCIÊ SOUZA MOURA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO
MIRANILDO SANTOS ASSIS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MARIA HELÇA DE SOUZA RODRIGUES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO MAGISTERIO
LUIZ OLIVEIRA MACHADO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO MAGISTERIO
IONARA COSTA DE CARVALHO FIGUEREDO	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	GRADUAÇÃO
JARILMA PIRES DOS SANTOS	MERENDEIRA	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
CLAUDIANA SOUZA C. DE SOUZA	MERENDEIRA	ENSINO MÉDIO COMPLETO MAGISTERIO
ROSEDITE DA CONCEIÇÃO CARVALHO	MERENDEIRA	ENSINO MÉDIO COMPLETO INCOMPLETO
ANASELMA SANTOS SOUZA	MERENDEIRA	ENSINO MÉDIO COMPLETO MAGISTERIO
CELIANE COUTO DE CARVALHO SANTANA	MERENDEIRA	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
AIDÊ ARAÚJO SAMPAIO BATISTA	SERVENTE	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA OLIVEIRA	SERVENTE	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
SILVANA VIEIRA SOUZA	SERVENTE	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
VILMA MUNIZ BASTOS	SERVENTE	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO
ALEF CORDEIRO DA SILVA	PORTEIRO	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO

PROFESSORES:

NOMES	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
ANA CLAUDIA CASTOR ANTUNES	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
ANA GRAZIELA PINTO GOMES DE SOUZA	PROFESSOR	GRADUAÇÃO
ANA RITA DE MIRANDO SOARES LEITE	PROFESSOR	GRADUAÇÃO
ANDREIA ABDON PEIXOTO	PROFESSOR	MESTRADO
CHABLIK DE OLIVEIRA MORGADO	PROFESSOR	MESTRADO
DEISE CRISTINA SANTOS FERREIRA	PROFESSOR	MESTRADO
EDMUNDO DOS REIS CARVALHO	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
ELISANGELA ALVES MENDES	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
FLORISDETE SILVA FERREIRA	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
FRANCEMBERG TEIXEIRA REIS	PROFESSOR	MESTRADO
FRANCISCLEIDE RIBEIRO DOS SANTOS	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
GERAILTON DE ALMEIDA DUARTE	PROFESSOR	GRADUAÇÃO
KEITH FABIANNE MACHADO CORDULINO DA SILVA	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
KELLY CRISTINA ARAUJO BRITO	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
LARISSA RODRIGUES SANTOS	PROFESSOR	MESTRADO
LARISSA SILVA NERI	PROFESSOR	GRADUAÇÃO
LIDIANE DE JESUS FREITAS	PROFESSOR	MESTRADO
LILIANE SANTANA TELES	PROFESSOR	GRADUAÇÃO
LUANA MARIA SILVA DE MACEDO E MARQUES GUERRA	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
MARCILENE DOS SANTOS COSTA	PROFESSOR	MESTRADO
MARCLEIDE MENDES VASCONCELOS	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
OZINEIDE SILVA GUSMÃO	PROFESSOR	MESTRADO
RODRIGO ALVES DE MOURA	PROFESSOR	GRADUAÇÃO
ROSANA DE ALMEIDA NUNES	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
SAMMILE RAMOS RODRIGUES	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO
VANESSA CIDREIRA BORGES	PROFESSOR	ESPECIALIZAÇÃO

1.1. Perfil Identitário

1.1.1 Função Social: Missão, Visão e Valores

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho tem como missão promover o desenvolvimento e formação global dos estudantes através de uma educação de excelência, buscando a consolidação do indivíduo como ser pensante

e transformador de sua realidade social. Além disso, proporcionar um ambiente favorável ao estudo, relacionamento e a convivência de toda a comunidade escolar, visando a troca de experiências, a mediação do conhecimento, valores e projetos para o benefício de todos os envolvidos no processo educacional, priorizando assim, o ensino aprendizagem do aluno em todas as áreas do conhecimento, o exercício da cidadania e a reflexão crítica sobre a realidade sociopolítica e econômica do país.

A visão da instituição é ser um centro educacional de referência inovadora em suas propostas e práticas pedagógicas na formação de cidadãos críticos, conscientes e empreendedores, atuando no desenvolvimento da cidadania, baseada numa gestão democrática e participativa.

Em um mundo cada vez mais exigente, competitivo e individualizado, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho (CEPAOF) implementa ações contextualizadas com a realidade em que vivemos, baseadas em valores que buscam a preservação e desenvolvimento de toda a comunidade escolar. Dentre estes destacamos os seguintes valores:

- ✓ Respeito;
- ✓ Ética;
- ✓ Responsabilidade socioambiental;
- ✓ Respeito às diversidades sociais;
- ✓ Disciplina;
- ✓ Justiça;
- ✓ Integração da família.

O Centro Educacional Áureo de Oliveira Filho está situado no município de Anguera-Ba, localizada na região do semiárido nordestino, com uma população estimada de 11.639 habitantes (CENSO IBGE 2021), com a maioria concentrada na Zona Rural. O município possui dois povoados (Areia e Guaribas) e diversas comunidades.

As principais atividades econômicas são: pecuária, agricultura de subsistência e o comércio varejista. A economia do município é tímida ou seja, pouco desenvolvida, dentre vários fatores que ocasionam esse quadro, podemos citar: a situação climática devido a grandes estiagem, a falta de indústrias no município, o turismo não é explorado e o comércio se restringe a população local.

Segundo o IBGE, a população estimada de Anguera, no ano de 2021, era de 11.369. O censo de 2010 (IBGE) havia apontado uma população de 10.248 habitantes.

Uma das dificuldades do município, em nível social, diz respeito a emprego e renda. Além da aposentadoria e do serviço público municipal, tem começado a se instalar opções de fábrica na cidade, porém, ainda em pequeno porte. O número de trabalhadores informais predomina, conforme um olhar sobre a realidade cotidiana. A média salarial dos que possuem trabalho formal, é de 1,3 salários, conforme dados apontados pelo IBGE. Porém, reconhecidamente, trata-se de um quantitativo pequeno da população.

No que se refere a território e ambiente, a cidade apresenta 25,5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 59.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 7.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 192 de 417, 257 de 417 e 155 de 417, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3327 de 5570, 3703 de 5570 e 3025 de 5570, respectivamente. (IBGE, 2021).

Voltando à escola, de maneira específica, a gestão administrativa é realizada pelo Diretor e Vice-Diretor, com participação do Conselho Escolar. Os recursos destinados à escola são provenientes dos programas: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), além dos recursos obtidos diretamente da municipalidade, através da Secretaria de Educação, provenientes de verbas federais e municipais.

A instituição possui um organograma bem claro e simples de ser entendido, onde cada colaborador possui um papel importante na instituição. A gestão da escola é realizada de forma democrática onde toda a comunidade escolar participa e atua no planejamento da escola.

A constituição da equipe gestora é feita por cargos comissionados onde existe um diretor e um vice-diretor. A equipe da coordenação pedagógica é composta por uma coordenadora, duas assistentes de coordenação e vinte e sete professores.

A Unidade Escolar apresenta diversos setores que trabalham em consonância e harmonia, porém, cada um com suas especificidades que lhes são características. Desta forma a estrutura física está assim distribuída:

- ✓ **Diretoria:** O diretor e o vice-diretor garantem a organização de toda a escola diariamente, o diálogo entre setores, o atendimento a todos, bem como, a tramitação financeira da escola junto ao PDDE e Caixa Escolar dão suporte a todas as atividades pedagógicas que são realizadas durante todo o ano letivo.
- ✓ **Coordenação Pedagógica:** A coordenação pedagógica atua diariamente na Unidade mediando o diálogo entre todos os sujeitos envolvidos no processo pedagógico: aluno, professor, gestor, funcionários de modo geral, pais de alunos, bem como, todas as informações e orientações encaminhadas pela Secretaria da Educação para o cumprimento e o bom êxito das atividades pedagógicas. Na sala da coordenação ocorrem os encontros semanais para realização das Atividades Complementares (AC's).
- ✓ **Portaria:** O agente de portaria tem a missão e responsabilidade de acolher o alunado verificando seu fardamento e pontualidade na chegada para as atividades escolares, bem como, atentando alunos para eventuais entradas em outros horários para outras atividades no contra turno do ensino regular. Também acolhendo pais de estudantes e outras pessoas da comunidade que necessitam de informações da Escola.
- ✓ **Secretaria:** Os funcionários da secretaria executam trabalhos diversos desde o atendimento de informações, matrículas, transferências, históricos escolares, organização dos diários de classe dos professores, registro de faltas dos alunos no sistema, digitação e impressão de atividades e outros documentos, garantindo o expediente normal da escola.
- ✓ **Sala de Leitura:** É um ambiente propício à leitura, utilizada também para pesquisa, apresentação de trabalhos escolares e reuniões com líderes e vice-líderes de sala, reunião do conselho escolar. É utilizada também pelos professores quando necessitam ministrar aulas com recursos tecnológicos: Data Show e computador. Nesse ambiente temos uma funcionária que atende a toda comunidade escolar.

- ✓ **Sala dos Professores:** A sala dos professores é o lugar reservado para o corpo docente organizar, planejar e socializar suas atividades com os outros professores.
- ✓ **Salas de Aulas:** As salas de aula são os principais espaços de uma Unidade Escolar, é nelas que acontecem as trocas de experiências entre professor e alunos. A escola possui 09 salas de aula com climatização e iluminação adequada.
- ✓ **Cozinha:** A cozinha da Unidade Escolar é bem arejada e limpa, proporcionando a preparação dos alimentos de maneira saudável e higiênica. As merendeiras trabalham em constante unidade, amor e harmonia, buscando o cumprimento do cardápio proposto pela nutricionista e a satisfação dos alunos ao degustarem a merenda escolar.
- ✓ **Pátio:** Espaço amplo da escola, agradável, no qual os alunos de turmas diferentes se encontram na hora do intervalo para socializar; Um Auxiliar de Desenvolvimento Educacional acompanha as atividades de deslocamento, disciplina e comportamento do alunado. As apresentações culturais e os eventos educativos também são realizados com periodicidade. Nesse espaço, também ocorrem os eventos da comunidade local em finais de semana como aniversários, casamentos entre outros.
- ✓ **Banheiros:** A escola possui cinco banheiros sendo dois para os alunos um masculino e um feminino, um para os funcionários, um na sala dos professores e um na sala da coordenação pedagógica.
- ✓ **Almoxarifado e Arquivo:** Espaço destinado à organização de documentos antigos que, pela importância, não podem ser descartados, dentro de pastas identificadas por ordem sequencial. Como também a organização de outros objetos pertencentes à escola.

1.1.2 Organização do Tempo Escolar

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho oferece o ensino em tempo parcial, respectivamente nos turnos matutino e vespertino, garantindo aos

alunos uma jornada escolar de 04 (quatro) horas diárias distribuídas conforme a tabela que segue:

	TURNO MATUTINO		TURNO VESPERTINO	
	INÍCIO	TÉRMINO	INÍCIO	TÉRMINO
1ª AULA	07h30min	08h15min	13h05min	13h50min
2ª AULA	08h15min	09h	13h50min	14h35min
3ª AULA	09h	09h45min	14h35min	15h20min
INTERVALO	09h45min	10h	15h20min	15h35min
4ª AULA	10h	10h45min	15h35min	16h20min
5ª AULA	10h45min	11h30min	16h20min	17h05min

1.2. Linha do Tempo: História Institucional

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho foi criado pelo Decreto de nº 122, de 03 de Janeiro de 1974, tendo autorização para funcionamento do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série através da Portaria nº 889 publicada no Diário Oficial de 17 de abril de 1974.

Criado pelo município de Anguera, inicialmente foi mantido pelo Governo do Estado da Bahia, através de um convênio firmado entre os governos: estadual e municipal.

A inauguração ocorreu em uma terça-feira pela manhã, no dia 02 de abril de 1974, com o prédio possuindo quatro salas de aula, secretaria, dois banheiros, cantina e pátio de recreação.

Para atender as necessidades estudantis do município e exigências do mercado de trabalho, o colégio passou a ofertar o Ensino Médio nas modalidades Magistério e Técnico em Contabilidade, conforme publicação no Diário Oficial da Bahia de 25 e 26 de novembro de 1978 e reconhecimento definitivo do Conselho Estadual de Educação através do Parecer 021 e Resolução 1454 publicada no Diário Oficial da Bahia de 04 e 05 de maio de 1985.

O antigo curso de Magistério, no nível do 2º grau, atualmente Ensino Médio, marcou uma geração de Professores formados no próprio Município, um importante momento na história do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho e que deixou um efeito muito positivo no enredo educacional anguerense. Até hoje um grande número de profissionais atuantes na educação de Anguera veio do antigo curso de Magistério do CEP AOF, que nas décadas de 1980 e 1990, principalmente, marcou uma geração de jovens que buscavam ascensão para o mercado de trabalho.

Posteriormente, com a extinção do Curso de 2º Grau, nas modalidades de Magistério e Técnico, a unidade de ensino passou a ofertar o Ensino Fundamental de 5ª à 8ª Série e o Ensino Médio do 1º ao 3º Ano intitulado de Curso de Formação Geral.

Atendendo as exigências da Lei 9394 de 20/12/1996 de Diretrizes e Bases da Educação que prevê a municipalização do Ensino Fundamental, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho teve seu convênio com o Governo do Estado cancelado em 2003, passando a ser mantida pela Prefeitura Municipal de Anguera, ofertando exclusivamente o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª Série, que atualmente é de 6º ao 9º Ano.

Ao longo de sua existência, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho realizou grandiosos e marcantes eventos para a comunidade escolar e local, como os desfiles cívicos, gincanas, comemorações de datas e festejos populares.

Outra marca da escola, ao longo da sua história, é a tradicional parceria com a comunidade no sentido de ceder o pátio para eventos: casamentos, aniversários, formaturas, bailes e encontros religiosos, permanecendo assim até os dias atuais. Para a comunidade local, o CEP AOF marcou a vida de inúmeros estudantes que por aqui passaram e se tornaram destacáveis profissionais.

Professor Áureo de Oliveira Filho, nome atribuído à escola, foi um Deputado Estadual com destacável atuação política em favor de pleitos referentes à Anguera. A emancipação política do município, consolidada no ano de 1961, contou com sua contribuição.

Nascido na cidade de Feira de Santana, Áureo de Oliveira Filho (1902-1976), era Cirurgião Dentista, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia (1932)

e foi proprietário da instituição de ensino particular Ginásio Santanópolis, que em 1942 foi, na região de Feira de Santana, a única instituição de Ensino Secundário. No ano de 1935, Áureo Filho foi vereador de Feira de Santana, Deputado Estadual, tendo sido também Professor do Santanópolis no período de 1934 a 1959 – instituição na qual lecionou as seguintes disciplinas: *Sciências Físicas e Naturaes, Inglês, Física, Química e Biologia*. Além disso, cabe citar que na década de 1950, Áureo Filho foi membro da instituição filantrópica Rotary Club de Feira de Santana.

1.3. Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

Segundo Silva (2019), a avaliação institucional torna-se um instrumento de reorientação do trabalho educativo com base na construção coletiva de uma concepção de avaliação democrática e formativa. Assim, a avaliação auxilia na implementação de melhorias e possibilitam um ambiente de melhor qualidade não só para a escola, mas, também para toda a comunidade.

Nesse sentido, é através da avaliação que a escola poderá mensurar seus resultados e a partir destes, programar intervenções que possibilitem a melhoria da qualidade de todo processo educacional. Para Santan'Anna (2014), a avaliação escolar é o termômetro que permite confirmar o estado em que se encontra os elementos envolvidos no contexto. Assim, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho tem a preocupação de construir suas avaliações a partir da própria realidade dos seus educandos.

Por ser a escola um ambiente coletivo, é imprescindível que a avaliação desta, seja feita levando em consideração a opinião dos agentes envolvidos com a instituição. Assim, a avaliação institucional se dá através de entrevistas estruturadas, em forma de questionário, que serão respondidos por membros de todos os segmentos da comunidade escolar e alguns membros da comunidade local, em seguida serão analisados, para que assim o trabalho na instituição seja continuamente aprimorado.

As informações oficiais oriundas de dados do Instituto de Pesquisas e Estatísticas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ajudam a compreender a escola quanto aos seus indicadores institucionais.

O CEPAOF é submetido a uma avaliação externa, que tem como instrumento exames que são aplicados a cada dois anos através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) a nível nacional e seus resultados são utilizados para compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), usado para desenvolver e implementar políticas públicas na área educacional.

Segundo dados do QEdu (2019) o Centro Educacional Áureo de Oliveira Filho obteve um IDEB de 2,6, numa escala de ZERO a DEZ. O IDEB é calculado com base no aprendizado dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática (SAEB) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Neste ano, a escola obteve 3,78 de aprendizado consolidado e 0,69 de fluxo escolar, resultando um IDEB de 2,6.

IDEB

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). Veja o Ideb do país e a situação das escolas

2019



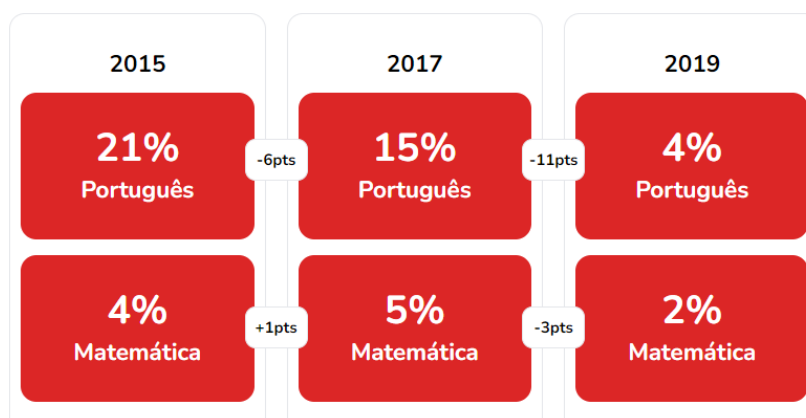
Fonte: QEdu (2019)

Investigando mais a fundo o aprendizado, os dados constantes no QEdu mostram que no ano de 2019 a aprendizagem adequada em Língua Portuguesa foi de 4% e em Matemática, de 2%.

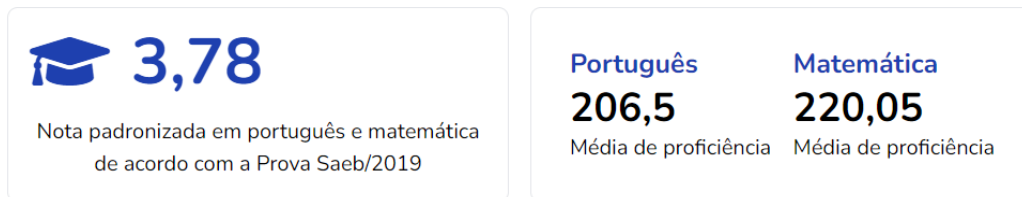
Aprendizado adequado

Percentual de estudantes com aprendizado adequado.

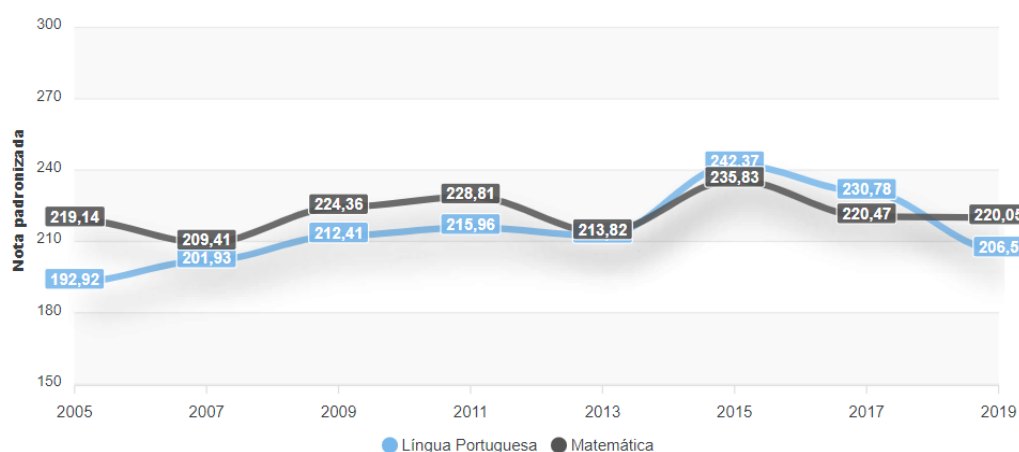
9º ano



Em relação às notas obtidas em Língua Portuguesa e Matemática na Prova SAEB/2019 as médias de proficiência foram de **206,5 em Português** e **220,5 em Matemática**, resultando em uma nota padronizada de 3,78. Esses resultados são mais baixos do que os obtidos no ano de 2015 conforme descreve o gráfico a seguir:



Evolução nota SAEB



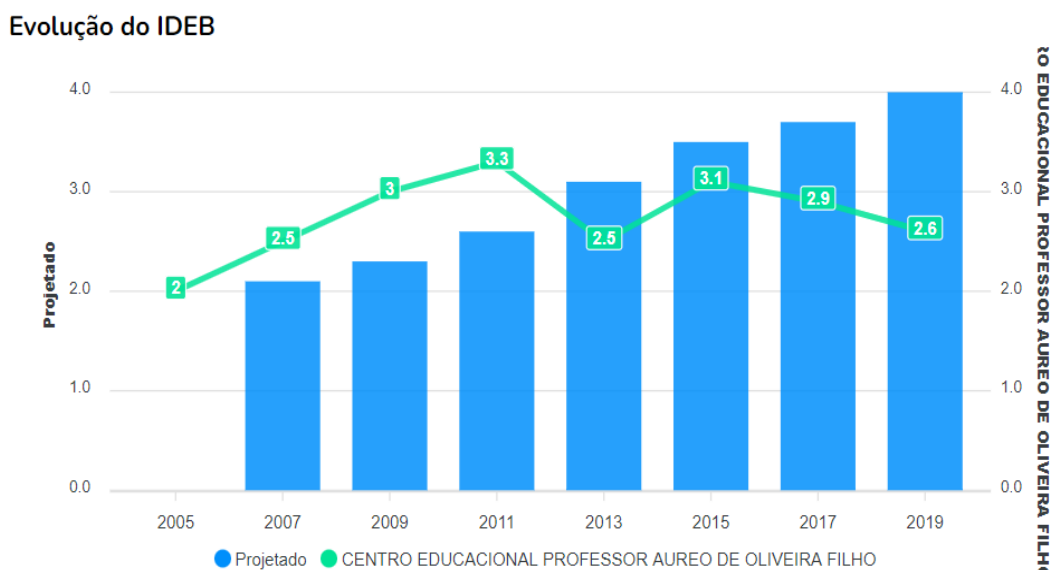
Fonte: IDEB 2019, INEP.

Em relação ao índice de Fluxo escolar que determina a taxa de aprovação é determinado entre **0** e **10**, sendo que quanto maior melhor. Porém obter a pontuação máxima é quase impossível pois significaria uma aprovação de 100%.



Fonte: IDEB 2019, INEP.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola, infelizmente, tem sofrido uma queda, pois em 2015 esse índice era de 3,1, passando para 2,9 no ano de 2017, conforme ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: IDEB 2019, INEP.

Além da avaliação externa do SAEB, a escola também realiza a avaliação institucional através dos Indicadores de Qualidade da Educação Básica (UNICEF, PNUD, INEP/MEC; 2004) orientados na seguinte fonte de referência:

Trata-se de um diagnóstico sobre o funcionamento da escola, considerando as seguintes dimensões: Ambiente Escolar; Ambiente Físico; Prática Pedagógica; Formação dos Professores e Condições de Trabalho; Gestão Escolar Democrática; Acesso e Permanência dos Alunos; Indicadores e Avaliação Institucional.

A escola também abre portas para outros eventos que não são diretamente relacionados à avaliação, porém se tornaram parâmetros para estímulos que objetivam aferir conhecimentos dos alunos, como são o caso da: Olimpíada Brasileira da Matemática das Escolas Públicas, a Olimpíada de Língua Portuguesa; e os projetos estruturantes da Secretaria Municipal de Educação, destacando-se: o Concurso de Redação e a Prova do SIGA que serve como diagnóstico para Língua Portuguesa e Matemática, bem como os Jogos Escolares.

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, de Sociedade e de Cultura

A escola se baseia na concepção de homem como ser livre, empenhado na construção do seu conhecimento, atuante e consciente de sua ação na sociedade, sendo um sujeito autônomo e agente de transformações. Desta maneira, a escola contribui para a formação social, política e humana dos alunos pertencentes à unidade escolar; proporcionando situações de ensino-aprendizagem capazes de construir e fortalecer os saberes em sala de aula e no meio social e assim, ser possível perceber nesse mundo novo, adolescentes, jovens, comprometidos com a educação, com o desenvolvimento social através do exercício da sua cidadania, visando a multiplicidade de saberes situados historicamente em espaços e tempos.

Proporcionar um ambiente favorável ao estudo, relacionamento e a convivência de toda a comunidade escolar, visando a troca de experiências, a mediação do conhecimento, valores e projetos para o benefício de todos os envolvidos no processo educacional, priorizando o ensino aprendizagem do aluno em todas as áreas do conhecimento além da consciência cidadã e possíveis reflexões críticas sobre a realidade sociopolítica e econômica do país, como forma macro capaz de fomentar transformações micros sociais.

Desta forma, a visão de ser um Centro Educacional de referência, inovador em suas propostas e práticas pedagógicas e na formação de cidadãos críticos, conscientes e empreendedores, busca-se discutir com os estudantes a realidade concreta associando ao componente curricular cujos objetos do conhecimentos desenvolvem habilidades que permeiam o meio social dos mesmos, proporcionando a todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem uma educação questionadora que envolve múltiplas linguagens para a formação de cidadãos críticos e pensantes, capazes de construir uma sociedade mais justa para todos.

A prática pedagógica orientada na unidade escolar é a contextualização, pois compreende-se que não se faz educação sem refazer caminhos. Não há espaço para trabalhar educação sem considerar o cotidiano do discente, e não é possível entender processo educativo sem que haja a compreensão de inúmeros fatores que direta ou indiretamente perpassam no entorno da escola e comunidade.

Nessa ceara, a proposta que a escola tem abraçado parte do ponto de que os discentes, enquanto cidadãos do mundo têm direito a uma mediação pensada para contribuir para uma mudança de postura e conseqüentemente, uma mudança de vida, no sentido mais positivo.

Dessa forma, vale ressaltar que toda mudança exige ações e que essas ações quando pensadas e trabalhadas de maneira correta corrobora verdadeiramente para o bem-estar físico, mental e social do educando.

A equipe educacional prima pelo diálogo entre docente e discente, assim como com toda a equipe disciplinar envolvida no processo ensino-aprendizagem, seja para discutir questões em sala de aula, como também discutir questões comportamentais. Portanto, um diálogo no qual todos os envolvidos constroem uma relação pautada na confiança.

Como também a prática pedagógica precisa ser permeada pela avaliação contínua, com o foco principal na aprendizagem e na construção da autonomia. O educador deve ser conhecedor e coautor do Projeto Político Pedagógico da Escola, conhecedor da proposta metodológica da escola, que, ora tende a ser **Liberal**, ora **Progressista**, o que incita pensarmos que essa junção de metodologias pode contribuir muito positivamente no sentido de que, dependendo do momento vivenciado, a metodologia usada será aquela que o docente obtiver o maior êxito com seu aluno.

Por fim, a instituição escolar trabalha os conteúdos na perspectiva de pensar seu aluno como alguém que precisa ser orientado, valorizado, respeitado, ouvido, mas também percebido como um ser que precisa obedecer a limites, respeitar o outro, colaborar para o bem-estar da sua escola e principalmente saber qual é o seu papel enquanto cidadão neste espaço, para tanto, a **Pedagogia Crítico Social** dos Conteúdos, resguardar-se a questão que é plausível tornar os educandos agentes transformadores da sociedade e que isto aconteceria por meio do domínio dos assuntos universais que passam por uma espécie de seleção/avaliação baseada na cultura popular. Estes conhecimentos devem possibilitar que os alunos conjecturem sobre a realidade social a qual estão inseridos para que, assim, seja possível excederem os desafios enfrentados.

Para Libâneo (2001), a difusão de conteúdo é a tarefa primordial, mas não conteúdos abstratos, mas vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais. Logo, as experiências dos alunos devem ser confrontadas com o saber e a prática dos conteúdos, isto porque, a prática pedagógica não deve ser estática, ou seja, ela deve estar associada a questionamentos da realidade, promovendo transformações na sociedade, tornando a interferência direta do professor no processo de formação de alunos contínua e ininterrupta, pois deve gerar a emancipação do educando de modo que a experiência gerada pela vivência do aluno, com o conteúdo ensinado, o possibilite transitar de uma visão de mundo confusa e fragmentada para uma organizada e uniforme.

Além disso, fazendo-o romper com conceitos prontos e acabados, regras que não permitam a indagação, e assim, será possível romper as ideologias dominantes. Logo, espera-se que no final desse processo o aluno tenha se tornado capaz de produzir seu próprio método de raciocínio, de processar e contextualizar as informações que lhes são apresentadas e ter uma formação ética que lhe possibilite exercer funções de grande importância na sociedade a que pertence.

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

A escola em sua concepção de Educação integralizada, reconhece que o desenvolvimento pleno de um indivíduo só é possível quando nota-se suas diferentes dimensões formativas. Desta maneira, a escola considera que as dimensões físicas, sociais, culturais, intelectuais e emocionais sejam trabalhadas, discutidas tornando-se reconhecidas e estimuladas com todos da comunidade escolar, articulando-se essas dimensões do desenvolvimento integral, assegurando a todos envolvidos o autoconhecimento.

Orientando-se pelos referenciais curriculares (BNCC / DCRB /DCRM/) que reconhecem “que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica” (BRASIL, 2017), ou seja, nas áreas de conhecimentos são propostos a inserção das competências e habilidades defendidas, presente no Plano de Curso curricular.

O Centro Educacional Prof. Áureo de Oliveira Filho busca pela construção de um ambiente saudável, onde o conhecimento seja elaborado e reelaborado quando preciso. Um ambiente onde a comunidade e a escola possam caminhar juntas, rumo a um mesmo objetivo, que é garantir a aprendizagem levando em consideração a realidade de vida do aluno, seu cotidiano e o lugar em que se encontra inserido.

Em decisão coletiva, a unidade escolar assume as **correntes pedagógicas**:

- ✓ Sócio-construtivista
- ✓ Humanista
- ✓ Sócio interacionista

Com base Vygotskyana, o sócio-construtivismo prevê um desenvolvimento educacional enraizado na interação social, linguagem e cultura, considerado, para ele, pilares para a evolução da psique humana.

O conhecimento não traduz a realidade, mas mapeia as ações sociais e opera conceitos que provaram ser viáveis nas vivências dos indivíduos, portanto, a aprendizagem resulta de adaptação de natureza social, histórica e cultural.

(KRAMER, 1989, p. 72), infere que:

em Vygotsky não há lugar para dicotomias que isolem o fenômeno, fragmentando-o ou imobilizando-o de maneira artificial. Para ele tudo está em movimento e é causado por elementos contraditórios, coexistindo numa mesma totalidade rica, viva, em constante mudança.

O conhecimento culturalmente produzido é um conhecimento "tido como partilhado", ou seja, há uma interação acordada pela evolução dinâmica das interpretações, transformações e construções dos indivíduos (Cobb,1998). Nessa perspectiva, o processo de desenvolvimento é otimizado pelo aprendizado e a presença ou a colaboração de outra pessoa mais capaz conduz este processo, o referencial sócio-construtivista situa a educação e a escola como tendo um papel essencial para promover do desenvolvimento dos indivíduos, e o professor, como planejador, observador, promotor e desafiador do desenvolvimento dos mesmos.

Todos devem ter igualdade de oportunidades. Essa é a base da Educação Humanista. Entender o aluno como indivíduo holístico, ou seja, complexo em desejos e necessidades. Nessa linha de pensamento, Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho, enxerga essas necessidades e o bem-estar do aluno,

colocando o conhecimento técnico – Matemática, Língua Portuguesa e afins – e as relações humanas em harmonia.

Para que essa harmonia aconteça, é trabalhada a inserção do aluno em sua própria educação, ou seja, ele é ensinando a ter um pensamento mais crítico, a ser participativo, auto-suficiente e proativo.

Para que esse processo tenha direção, é estimulada as atividades em grupo, no qual os alunos podem participar e ajudar uns aos outros. Dessa forma, valores como a bondade, gentileza e empatia são colocadas em prática diariamente através da interação com toda comunidade escolar e esse papel é de grande relevância para escola.

Neste método de ensino, o aluno tem contato desde muito cedo com valores que serão essenciais em seu aprendizado, tornando-o, além de um ser humano detentor de conhecimento técnico, uma pessoa ética, crítica, capaz de tomar decisões sensatas e empáticas, oportunizando o reconhecimento de si e do outro. O mundo anseia por indivíduos tolerantes e que sejam capazes de aceitar as diferenças entre as pessoas. É muito importante que essa educação seja praticada em casa, mas a escola pode – e deve – ter um papel muito importante, afinal, além de ser o espaço onde as crianças e os adolescentes passam a maior parte, senão, boa parte do seu dia. O ambiente escolar, em sua diversidade, está repleto de outros alunos que, assim como todo ser humano, têm suas preferências e particularidades.

Enquanto visão sóciointeracionista, de base Piagetiana, complementamos nossa concepção pedagógica enquanto escola que interage de sujeito a sujeito considerando suas individualidades e colocando o aluno como foco. Esse olhar proporciona trocas que serão internalizadas. Aqui, as atitudes, emoções e valores serão vistas no campo social e individual, explorando os conhecimentos de níveis potenciais e reais.

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

O ser humano tem sempre a possibilidade de ampliar sua existência, por essa razão, o homem é um ser adaptável a sua realidade e capaz de transformá-la, criando e recriando condições para sua sobrevivência através de seu trabalho.

As relações humanas se dão por meio da natureza e coisas criadas por ele e nessa interação, acontecem processos educacionais contínuos e ininterruptos.

Esse processo educacional, muitas vezes não é visto pela escola e permanece no senso comum das pessoas em suas comunidades, ou seja, a reflexão sobre a ação humana e sua relação com sua sociedade e meio, é deixada de lado. Isto é, o homem trabalha, realiza um ato educativo em seu grupo de pertença, sua comunidade, modifica outros homens, e nem sempre se pensa nessa relação construída entre eles.

Neste sentido, é papel da escola, se conectar a essa relação existencial e buscar ensinar conteúdos que dialoguem e se conectem com as realidades desses sujeitos. Observar que o aluno conectado, ao ser perguntado o que tem mais importância entre estudar ou ganhar o pão que o sustenta, obviamente o estudante vai responder que é ganhar este pão, ou seja, ele irá enfatizar a importante relação sua com o trabalho suas atividades que geram sua sobrevivência. O trabalho, nesse sentido, torna-se o essencial princípio de conexão à educação e essa temática adentra o CEPAOF e sua realidade de anos finais, alunos conectados ao mercado de trabalho e por vezes, muitas vezes, trabalhadores mirins, colaboradores com a renda familiar.

Conforme Kosik (1986 apud FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS,2005, p. 58), “o trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Por isso o mesmo não se reduz à atividade laborativa ou emprego, mas à produção de todas as dimensões da vida humana”.

A escola, que permanece alheia a essa relação existencial, procura ensinar conteúdos totalmente desconectados da realidade desses homens. A partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o planejamento escolar já não mais se refere a “conteúdos” e sim, a objetos do conhecimento, devendo o ensino ser ministrado a partir de competências e habilidades.

O que é preciso observar na fala de Kosik é a necessidade que o homem tem nesta sociedade atual, do trabalho para sua sobrevivência básica, porque o trabalho se institucionalizou como uma ação concomitantemente necessária aos humanos, como a sua cultura, a sua religião, a sua estética. Segundo Kosik (2002), “o trabalho ultrapassa a esfera da necessidade; ele cria pressupostos de liberdade”.

Nesse sentido, o trabalho adentra a esfera educacional como práxis que se recria e constitui um princípio formativo por se tornar instrumento de reflexão pela educação e por ser facilmente interpretado como meio de sobrevivência e manutenção da educação básica.

Independente da prática que é executada, todas projetam significado na vida dos alunos. Desde a atividade de uma doméstica até a atividade de um contador, cada uma apresenta significados simbólicos aos sujeitos e suas práticas que geram a sustentabilidade biológica, ou seja, sentido de vida.

O trabalho como princípio educativo, então, não é, primeiro e sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político. Dentro desta perspectiva, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Um dever por ser justo que todos colaborem na produção de bens e materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à vida humana. Um direito pelo fato do ser humano se constituir em um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural, transformando em bens, para sua produção e reprodução (FRIGOTTO, 2015).

Trazer o trabalho para a educação é ligá-lo intrinsecamente à ciência e a tecnologia, uma vez que a ciência se manifesta na reflexão sobre a ação produtiva do trabalho, campo teórico. O trabalho uma vez realizado, para aprimorá-lo foi precioso estudá-lo, teoriza-lo ou seja, é o fazer da ciência ali presente no campo de estudo. Do mesmo modo, a tecnologia, enquanto recurso, possibilita e aprimora essa ação, nos mostrando e nos dando instrumentos necessários para a realização das ações.

Nesses moldes, o conhecimento pode aqui ser entendido como algo ligado aos instrumentos transformadores do mundo, a internet, os recursos tecnológicos, a inovação, a ciência. Nessa ceara, a ciência torna-se então, um conhecimento organizado, sistematizado em forma de conceitos enquanto a tecnologia é compreendida como “extensão das capacidades humanas, ou seja, como apropriação do conhecimento como força produtiva” (BRASIL, 2011, p. 19). Essa articulação entre tecnologia, ciência e trabalho permite a escola compreender o dinamismo da sociedade contemporânea e os impactos desses movimentos sobre as atividades escolares e educativas.

Inovações tecnológicas incorporam desafios novos aos alunos, futuros trabalhadores profissionalizados, os quais precisam cada vez compreender de forma complexa e criativa o mundo em que vivem e a tarefa que executam. O caráter excludente e fragmentário do currículo escolar, não pensado nessa tecnologia, na nova sociedade que se inaugura, precisa dar lugar a um currículo capaz de incluir e produzir sentido, o que talvez possa ser feito com implementação de laboratórios na escola e melhoramentos dos recursos pedagógicos no CEP AOF, pauta debatida e de suma e real importância.

2.4. Concepção de Currículo

O currículo escolar constitui o elemento nuclear do PPP e possui um papel importante no ambiente formal, pois é uma ferramenta indispensável e fundamental ao conhecimento e a transformação social, cultural, educacional no ensino de crianças, jovens e adultos. O Currículo deve ter uma base e uma estrutura coletiva, inclusiva que deve permitir ao aluno o acesso ao conjunto de conhecimentos historicamente produzidos, tanto para a vida escolar do educando, quanto para a vida social do mesmo.

é significativo que nas escolas e salas de aulas onde chegam os(as) filhos(as) dos coletivos sociais, étnicos, raciais, das periferias e dos campos tenham lugar especial as inovações criativas dos docentes-educadores traduzidas em práticas e projetos. (ARROYO, 2013, p.39.)

Desse modo, o currículo deve ser visto pelos educadores de forma diferenciada como um compromisso ético no ensino aprendizagem, na busca de investigar e refletir sobre questões de natureza teórica e prática que norteiam a prática pedagógica voltada a atender as demandas da atualidade, e principalmente a diversidade cultural presente nas instituições de ensino.

Comungasse com o Documento Curricular Referencial da Bahia que:

prima, por assumir que uma política de currículo para a Educação Básica tem, acima de tudo, o compromisso com a qualificação da formação para uma cidadania plena, em que saberes dos diversos campos deverão confluir para o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando 10 competências 15 gerais, configuradas na Base Nacional Comum Curricular (2017), a serem articuladas e desenvolvidas em torno dos saberes como: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania. (DCRB, pg. 25)

São essas competências e saberes construídos pelos alunos ao longo do seu processo de aprendizagem que servirão para resolver problemas concretos da vida e conseqüentemente, construindo uma vida profissional que lhe der condições de transformação social.

2.4.1 Fundamentos do Currículo

O currículo na ação é a última expressão de seu valor, pois, enfim, é na prática que todo projeto, toda ideia, toda intenção, se faz realidade de uma forma ou outra; se manifesta, adquire significação e valor, independentemente de declarações e propósitos de partida". (SACRISTÁN, 2000, p. 201).

Um currículo, definitivamente, tem que ser pensado, construído de forma horizontal, no qual toda comunidade escolar perceba sua real intenção. Nessa direção compreendemos que o estudante é o protagonista do processo de aprendizagem porque, desde que nasce, está inserido no mundo do conhecimento com o qual interage de maneira intensa e continuada, num movimento de troca que questiona o que sabe, oferece novas possibilidades e cria condições para o sujeito avançar a partir do seu patamar inicial de conhecimento. Portanto, o ensino é um mobilizador de muitos conhecimentos que se movimentam e impulsionam a criança e o estudante a outra escala do saber.

Entendemos a aprendizagem como um processo dinâmico e interativo do educando com o mundo que o cerca, garantindo-lhe a apropriação de saberes a partir de suas vivências, nas interações, num processo ativo onde os novos conhecimentos são organizados, relacionando-se às experiências anteriores.

A aprendizagem torna-se significativa não só quando os estudantes são ouvidos, atribuindo sentido às atividades propostas, mas também quando o planejamento e a avaliação se incorporam em práticas educativas dialógicas, de modo a trazer significados e contribuições sociais e culturais. A partir desta perspectiva de aprendizagem há um olhar direcionado para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, dotados de consciência cognitiva, emancipados e que assumem sua responsabilidade perante a sociedade, onde se encontram incutidos os seus preceitos éticos e morais.

Tanto o DCRB quanto o DCRM primam por uma proposta metodológica em que estudantes e educadores tenham autonomia pedagógica, atitude e protagonismo

institucional, utilizando-se de concepções de aprendizagem ativa, criativa, dialógica e problematizadoras, inspiradas numa educação voltada para as possibilidades emancipatórias, assim, consigam desenvolver um Currículo que incentive o estudante a assumir o protagonismo da sua aprendizagem e formação.

Sendo assim, a escola com trabalho conjunto com a Secretaria de Educação presa pelo acompanhamento assíduo do aprendizado do alunado, orientando sempre para que os planejamentos das aulas sejam pensadas seguindo o Plano de Curso, o qual foi articulado pelos docentes da Rede Educacional, levando em consideração todos os fatores necessários para o fazer pedagógico.

2.4.2. Princípios do Currículo

O Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172/2001) destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

O currículo nas instituições de ensino deverá ser um documento vivo, flexível, dinâmico e não estático. Associa-se à identidade da instituição escolar, à sua organização, funcionamento e ao papel que exerce no meio social e cultural em que se insere, compondo um conjunto de vivências, em diversos espaços escolares, que integram a vida da escola, colocadas à disposição dos alunos, visando seu desenvolvimento integral, a sua aprendizagem e a capacidade de conviver de forma ativa e construtiva na sociedade.

Na atualidade o currículo escolar deve voltar-se para a formação integral de cidadãos críticos e aptos a valorizar a pluralidade cultural para que haja o pleno exercício da cidadania e para inserção na sociedade, trabalhar a favor da formação da identidade em uma concepção da educação para a cidadania. Educar para formar um indivíduo íntegro, ético e com pensamentos críticos diante das desigualdades sociais e culturais de seu meio.

Arroyo (2013) assevera: o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da escola. Nesse sentido, o currículo interfere diretamente na vida do aluno podendo trabalhar as especificidades de cada um. Nessa perspectiva é que a educação no município de Anguera percebe a educação em direitos humanos como um conhecimento indispensável para a educação básica, na medida em que

contribui para a valorização do sujeito na relação com o outro, além de difundir a afirmação dos direitos e da dignidade humana. Acreditamos que uma cultura de respeito, de consciência, afirmação e defesa de direitos humanos advém de amplos e continuados processos de disseminação e cuidado pedagógico com essa perspectiva, fortalecendo a democracia e a cidadania como indispensáveis para nossa organização social, para inter-relação cotidiana, para a vida institucional e, por isso, para o fortalecimento de uma sociedade orientada pelas regras e valores democráticos.

Assim, a escola, é um espaço privilegiado para a formação da cidadania ativa, porque contribui sistematicamente para o desenvolvimento do ser humano. Nessa lógica, a escola precisa ser entendida como espaço de convivência de sujeitos cujas ações sejam pautadas em medidas que anulem e atenuem as práticas de discriminação e preconceitos que violam os direitos humanos e sociais.

2.5. Concepção de Gestão Democrática

A democracia é tema antigo. Desde a antiguidade, com os gregos, já se falava sobre ela, a saber, eles foram os inventores de tal proposta. Ali, acreditava-se ser papel da educação possibilitar que crianças se tornassem adultos capazes de compreender o mundo e atuar nele de forma consciente e participativa. Para eles, educação e cidadania andavam juntas, sem diferenças.

Trazendo para atualidade, Freire (1969-66) já se referia que a democracia não se trata da doação de alguém, seja ele, um governante de um partido político ou ainda de uma burocracia estatal, mas é o governo do povo que exige sua participação permanente em todos os processos decisórios da vida em sociedade. Ele acrescenta que, não se pode falar em democracia e silenciar o povo, ele propõe, assim, que o povo participe dos processos e que no âmbito escolar, a escola dê voz a essa população.

A gestão democrática escolar tem bases constitucionais e é amparada na lei 9.394/1996: Lei de Diretrizes Básicas (LDB) da educação brasileira. A Constituição Federal de 1988 apresenta uma educação democrática em sua base, que pressuponha transparência e impessoalidade, autonomia e participação. Lá, observa-se um compromisso do seu legislador com que a educação caminhasse junto com a democracia, assegurando igualdade de condições de acesso à escola e

permanência na mesma, promover liberdade de ideias, pensamentos e produções artísticas, valorização dos professores em exercício e aperfeiçoamento da qualidade de ensino, possibilitada pelas diversas concepções pedagógicas. A LDB, por sua vez, complementou a necessidade de se vislumbrar nas escolas a gestão democrática, preocupando-se com a participação dos profissionais na elaboração do projeto pedagógico e instituindo a participação das comunidades escolares e conselhos.

Há de se considerar, também, que a democracia ampara os direitos e os deveres dos segmentos, sendo que esses dois componentes não podem ser discutidos desassociados, inclusive, a legislação dentro do sistema de ensino rege as normas a serem observadas, enaltecendo o exercício democrático.

Etimologicamente o termo gestão traz em sua raiz “*ger*”, o significado de germinar, nascer algo novo, gestar é um processo dialógico, profundo e que visa reunião de pessoas para mediar, analisar e propor soluções de conflitos. Isso se materializa, quando a escola pressupõe diferentes visões com participações diretas de funcionários, docentes, discente, pais e segmentos representativos. As representações desses segmentos constituem, no CEPALOF, o Conselho Escolar, que deve ser um órgão atuante e que sempre realiza reuniões. A Direção da escola tem participação natural no órgão, sendo responsável em articular o seu devido funcionamento.

A gestão democrática ou gestão participativa no CEPALOF deve atender o que ora designa a Constituição Federal, a LDB – lei de Diretrizes e Bases da educação e a legislação do Sistema Municipal de Ensino, envolvendo toda comunidade escolar com um fim único pela promoção de uma educação para todos, feitas por todos.

Com a implementação deste Projeto Político Pedagógico, a escola propõe as seguintes metas para a partir do ano de 2023, buscando consolidar a Gestão Escolar Democrática:

Gestão Escolar

Meta 1: Manter todos os procedimentos existentes no Projeto Político Pedagógico da escola e fortalecer a construção e execução coletiva dos

encaminhamentos e procedimentos da escola, respeitando o conjunto da legislação educacional e as normas em vigor.

Relação Unidade Educativa - Família

Meta 1: No Período da Jornada Pedagógica, assim como também no Conselho de Classe, promover a presença de representação da comunidade escolar, além de toda gestão escolar e funcionários, a fim de ouvi-los, participar do planejamento e da avaliação da escola.

Meta 2: Promover palestras pertinentes a demandas da comunidade escolar e famílias com o intuito de reaproximar os pais e responsáveis à escola.

Dimensões pedagógicas:

Para 2023 e até que se haja nova revisão deste documento, o Centro Educacional Professor Áureo Filho, pretende continuar e consolidar os procedimentos adotados desde sua inauguração e investir em novas ações que busquem qualificar elementos que compõem o processo de ensino-aprendizagem. Destacamos nesse aspecto a consolidação da política de incentivo a leitura e escrita nas séries finais através de projetos e práticas a ser pensados no planejamento anual, ademais, algumas metas devem ser asseguradas:

Meta 1: Sugerir propostas para o calendário escolar, e definir o calendário pedagógico da escola. Ao terminar um ano letivo, realizar uma avaliação do calendário e suas atividades, de forma a permitir que os profissionais que o executaram possam analisar e reorganizar as atividades para o ano letivo subsequente.

Meta 2: Criação de um pré-conselho estudantil que anteceda o conselho de classe final, cujo objetivo é a participação das lideranças estudantis como voz representativa da turma e levantamento das demandas. Nesse momento, haverá participação de discentes, docentes, representantes dos pais em comissão formada por turmas, coordenação pedagógica e gestão escolar.

Meta 3: Oportunizar um momento interdisciplinar em que todos os professores das turmas possam apresentar seu planejamento e seu trabalho.

Meta 4: Manter a política de arte gravada nas paredes da escola. Definir nos planejamentos anuais dos professores de artes plásticas os locais e temas para fixação de arte nas paredes da escola e muros.

Meta 6: Proporcionar atividades extra-classe para os alunos, valorizando a construção de aprendizagens para além dos limites da escola;

Meta 7: As reuniões pedagógicas / Atividades Complementares (AC's) deverão acontecer por área, devendo o docente priorizar sua área;

Meta 8: As atividades complementares devem abranger o planejamento de aula, projetos pedagógicos e formação em atividade conforme práticas docentes;

Meta 9: Compreender o planejamento de aula, com foco nos objetos de conhecimento, competências e habilidades, como instrumento que permite potencializar as aulas e definir as aprendizagens essenciais a serem exploradas com os alunos, com acompanhamento da coordenação pedagógica e acesso aos pais;

Meta 10: Potencializar os pré-conselhos de classe, os planos estratégicos por turma, os plantões pedagógicos com pais/responsáveis e definir estratégias de recuperação paralela e/ou recomposição da aprendizagem.

Dimensões Administrativas e Estruturais

Meta 1: O espaço escolar deverá ser destinado, primordialmente para promoção de atividades com fins educativos.

Meta 2: Otimizar os espaços da escola, proporcionando maior interação estudantil. Disponibilizar mesas para refeição/lanche, espaços para práticas de atividades físicas em espaços não aproveitados da escola.

Meta 3: Até o final de 2023, aquisição de material de mais um data show, material de apoio pedagógico.

Meta 4: Realização de formação descentralizada na escola. Definição de prioridades para formação descentralizada na unidade escolar conforme as

demandas das reuniões pedagógicas e colegiados de classe. Além das demandas já existentes nos projetos já existentes.

Meta 5: Realizar planejamento anual do uso dos recursos recebidos pela escola. Priorizar a utilização dos recursos como o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e similares para equipar os laboratórios, instalação de projetores nas salas de aula, priorizando os anos finais, e instalação de cortinas com bloqueio da luz solar nas salas de aula.

Meta 6: Ampliação e reorganização da sala de leitura. Criação da semana da sala de leitura, onde será realizada um seminário para discutir prioridades e definir as regras de utilização coletiva e individual da mesma.

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A Pesquisa como Princípio Pedagógico

De origem latina, pesquisar ou perquirio quer dizer "procurar cuidadosamente, em todo lugar e de modo aprofundado, perguntar sobre descobrir". Partindo desse ponto, a pesquisa na escola carrega esses significados, que entre tantos outros incorpora na concepção de ensino orientado nas práticas e ações do professor quando instiga o aluno a pesquisar ou descobrir algo. A pesquisa na sala de aula ou fora dela é uma parceira na construção do conhecimento. Quando o professor indica uma pesquisa "aberta", ele aciona a curiosidade dos alunos em relação ao assunto estudado.

Pesquisar na escola é se preocupar com o desenvolvimento da autonomia do educando, é fazer com que o aluno seja protagonista de sua história e não se esgota ou termina quando este encontra dados relevantes sobre um tema proposto. Ao contrário, está aí o ponto inicial do processo: dado um tema e os materiais que dizem respeito ao objeto de pesquisa é papel do aluno transformar tudo isso em estudos mais aprofundados, sendo capazes de propiciar a si, diferentes contextos para que o professor possa promover debates de ideias, em que a criatividade seja aguçada, em que o espaço para perguntar e discutir seja garantido aos alunos.

Neste sentido, a pesquisa é uma atividade sistematizada e mediada entre sujeitos numa relação direta de construção de conhecimentos. É papel do trabalho de pesquisa garantir o desenvolvimento da autonomia e reflexões críticas que

priorizem descobrir, questionar, analisar, comparar, criticar, avaliar, sintetizar, argumentar, criar.

Nessa direção, vale ressaltar o que afirma Demo (1992, p. 2) sobre pesquisa na escola: “A pesquisa na escola é uma maneira de educar e uma estratégia que facilita a educação [...] e a consideramos uma necessidade da cidadania moderna. Educar pela pesquisa é um enfoque propedêutico, ligado ao desafio de construir a capacidade de reconstruir, na educação básica e superior [...] A pesquisa persegue o conhecimento novo, privilegiando com seu método, o questionamento sistemático crítico e criativo.”

Assim, o ato de pesquisar requer um educador que, exercendo seu papel de mediador, abre novos caminhos para seus alunos em direção à investigação, questionando-os e permitindo que questionem, visando a ultrapassar o saber superficial pautado no acúmulo de informações.

A prática pedagógica da pesquisa no CEPAOF deve centrar-se na contextualização, pois compreende-se que não se faz educação sem refazer caminhos, como já citamos anteriormente. Não há espaço para trabalhar educação sem considerar o cotidiano do discente, e não é possível entender processo educativo, sem que haja a compreensão de inúmeros fatores que direta ou indiretamente perpassam no entorno da escola e comunidade.

A proposta que a escola tem abraçado parte do ponto de que nossos discentes, enquanto cidadãos têm direito a uma mediação pensada para contribuir para uma mudança de postura e conseqüentemente, uma percepção mais abrangente da própria vida que o cerca.

2.6.2. O Respeito à Diversidade

Todos são diferentes. Temos, portanto, dessemelhanças que formam nossas individualidades. Mas, diante de tantas diferenças, como lidar com as dificuldades da convivência social nas escolas? Nossas diferenças constroem espaços e se manifestam nas classes, nos gêneros, etnia, opção sexual, capacidades físicas e intelectuais, etc.

O respeito à diversidade é, então, pauta primaz para que se consolide a inclusão social. É através da diversidade que exercemos nossa cidadania, direito

que deve ser consagrado de forma igualitária a todo ser humano. É a partir da compreensão das diferenças que construímos igualdades. A valorização da singularidade faz com que eliminemos o preconceito, a discriminação, segregação, pautas que ainda são desafiadoras no âmbito escolar.

A riqueza de todo conhecimento vem dessa pluralidade. Valorizar na sala de aula as diferenças humanas é ferramenta para implementação de soluções criativas, uma vez que as diferenças exigem adaptação da espécie, lei básica da natureza.

Reconhecimento da diversidade está no modo de produzir ações individuais em função das necessidades coletivas, com a ajuda mútua na oferta de qualidades e pensamentos diferentes em razão do bem comum. As particularidades dos indivíduos, quando somadas, constroem a dinâmica da sociedade com o espírito de igualdade dos diferentes. As nossas interações e os nossos relacionamentos exigem de cada um de nós, respeitar, honrar e compreender a diversidade.

A escola não deve estar alheia a este tema, uma vez que é um espaço onde a diversidade humana se estabelece.

Desta forma, a instituição escolar deve observar o que não está sendo visto, na tentativa de anulação do ser, buscando orientar ações que são trazidas diariamente de sua identidade cultural, de suas vivências na sociedade e que refletem na escola.

Contextualizando esse mundo cada vez mais violento e individualizado, a escola e o corpo docente têm o dever de tentar promover uma reflexão com os alunos sobre os valores humanos, que andam esquecidos pela maioria da sociedade, especialmente pelos jovens. Esse tipo de reflexão pode ser feita por qualquer professor, seja qual for sua formação, adentrando temáticas essenciais a formação cidadã e por vezes, sensíveis, porém necessárias, como:

- ✓ Respeito mútuo entre toda a comunidade escolar;
- ✓ Respeito às diversidades de cultura, crença e gênero;
- ✓ Transparência em todas as ações pedagógicas, financeiras e administrativas;
- ✓ Criticidade, criatividade e iniciativa;
- ✓ Prática do exercício da cidadania e solidariedade;
- ✓ Respeito e preservação do meio ambiente;
- ✓ Autonomia pessoal e coletiva;

- ✓ Alteridade;
- ✓ Responsabilidade;
- ✓ Cooperação;
- ✓ Cordialidade;
- ✓ Fé e Justiça;
- ✓ Diálogo intercultural e religioso.

Como a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) pelo Ministério da Educação (MEC), abordar temas que “afetam a vida humana em escala local regional e global” se faz necessário. A Bahia traz para o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, como um dos Temas Integradores, a Educação em Direitos Humanos, compreendendo a sua importância já expressa em normativas como o PEDH, o PEEDH e o Plano Estadual da Juventude, Lei nº 12.361/2011, que no art. 4º dispõe sobre a necessidade de:

“Inserir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã dos jovens, tais como educação pela comunicação, meio ambiente, cultura brasileira, direitos humanos e de identidades” (BAHIA, 2011).

Tratar dos Direitos Humanos nos currículos escolares perpassam pelas dimensões da promoção e valorização e pela prevenção e enfrentamento às violações dos Direitos Humanos. Assim, cabe à comunidade escolar expressar as estratégias e ações pedagógicas diversificadas adequadas à sua realidade e promover os Direitos Humanos por meio dos seus Projetos Político-Pedagógicos.

Um em cada três alunos em todo o mundo já foi vítima de bullying, segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Esse tipo de violência, ainda é muito comum nas escolas, e gera consequências devastadoras e arrasadoras no desempenho dos alunos, além de efeitos negativos tanto para a saúde física quanto a mental das crianças e adolescentes.

É importante e necessário que toda a comunidade escolar esteja movimentada em torno dessa problemática. Qualquer tática de prevenção à violência nas escolas pede uma sensibilização, uma mobilização e participação de toda a comunidade escolar, não só dos envolvidos. E não é tão eficaz que as intervenções sejam separadas das dinâmicas gerais da escola, ou seja, carece ser global.

O problema da violência, e isso incluem a violência juvenil e que acontece dentro ou fora da escola, não será solucionada só pela escola. É até injusto exigir ou esperar que a escola dê conta de um problema tão difícil sozinha. É óbvio que a escola ganha notoriedade porque os adolescentes e as crianças passam a maior parte dos seus dias nas escolas. Porém isso não significa e também não é satisfatório pensar, que somente a escola é responsável por precaver essas questões ou intervir em tais situações.

Quando é falado em prevenção da violência e o bullying é um tipo de violência, consegue-se reconhecer e é recomendado a construção de ações que sejam intersetoriais. Há que ter a participação da escola, do setor da saúde, da assistência social, dos conselhos tutelares. Hoje em dia, essa rede territorial deverá estar bem estabelecida.

Enquanto escola mantém-se um apoio multidisciplinar, inclusive com uma Psicóloga e uma Assistente Social internas, para desenvolverem ações no sentido de conviver com o igual e o diferente sem distinção. Ter uma reflexão mais empática e altruísta é relevante para o combate do bullying. O respeito é o alicerce para uma convivência harmônica com tudo e todos que nos cercam

Quando é pensado na função do ambiente educacional, logo vêm a ideia de um ambiente formativo, onde estamos educando quem serão os futuros cidadãos de nossa sociedade, tanto em uma perspectiva de promoção de cidadãos que respeitam os direitos do outro quanto naqueles que conhecem as regras da vida pacífica em uma sociedade. Por isso, é urgente o fortalecimento da perspectiva de uma educação comprometida com a promoção de direitos humanos.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O Planejamento Pedagógico

O Planejamento pedagógico é uma ação de fundamental importância para o desenvolvimento da escola, pois reúnem metas, objetivos das atividades, propostas educacionais, recursos financeiros e administrativos entre outros. No entanto, para esse planejamento sair do papel e faça valer dentro do universo prático da escola, de fato, ele precisa ser participativo, ou seja, um planejamento de forma ampla, composto pela comunidade escolar no qual busque mais horizontalidade na tomada de decisão sobre o ano escolar.

Assim, faz-se necessário conhecer não só a realidade da escola, mas também o seu entorno. Nessa direção, a escola oferece aos seus educandos situações de vivências e experiências significativas do seu próprio cotidiano relacionando os seus saberes a outros conhecimentos.

Desse modo, a escola se organiza em torno do seu planejamento, criando estratégias para o ensino-aprendizagem. Quando se percebe que alunos apresentam dificuldades de aprendizagem, o CEPAOF promove aulas de reforço no turno oposto, assim, conseguimos recuperá-los no mesmo ano letivo. Outra ação importante que a escola desenvolve é a orientação que é dada aos professores no sentido de garantir aos estudantes ao final de cada ciclo, as competências e habilidades das suas respectivas séries, sendo às vezes necessário recompor aprendizagens anteriores.

Além da sala de aula, o planejamento pedagógico abrange outros espaços da escola: o pátio para ensaios, apresentações, a biblioteca para a própria leitura, pesquisas, seminários, apresentação de filmes e documentários como também o deslocamento de nossos estudantes para outros locais de aprendizado.

Considerando que o planejamento pedagógico não é um documento acabado, inflexível, até porque educação é um processo dinâmico, inovador, por isso mesmo realizamos reuniões periódicas com o objetivo de discutirmos melhorias para nossa escola.

A prática pedagógica em sala de aula precisa encontrar respaldo através do Plano de Aula, instrumento que faz parte da ação docente, devendo ser construído pelos professores nos horários de reserva da carga horária destinada às atividades complementares (AC's), sob orientação da coordenação pedagógica da escola. O Plano de Aula garante o planejamento da ação docente em consonância com o DCRM – Documento Curricular Referencial Municipal, por sua vez está alinhado ao DCRB (Documento Curricular Referencial da Bahia) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para além do acompanhamento da coordenação pedagógica, o Plano de Aula se traduz no instrumento pelo qual, democraticamente, fortalecendo os laços de acompanhamento dos seus filhos, a família utiliza como parâmetro para conhecimento das aprendizagens que a escola oferece. Isso fortalece a presença

dos pais na escolarização dos seus filhos, além de dar significado ao vínculo escola x família. Em outro véis, oferece embasamento para a efetivação da participação de pais nos conselhos de classe.

3.2. Avaliação para a Aprendizagem

Partimos do princípio que avaliação não é um fim em si mesmo e sim a possibilidade de oferecer ao professor a oportunidade de observar continuamente se as atividades propostas estão possibilitando ao aluno o alcance desejado. No CEPAOF, a avaliação é um processo contínuo e cumulativo que tem como principal finalidade auxiliar no processo ensino-aprendizagem identificando e estimulando os potenciais individuais e coletivos. Paulo Freire (1996) assevera: não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes. Assim, nesse contexto o processo avaliativo se torna mais amplo e complexo.

De acordo Sant-anna (2014), a avaliação é um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático. Logo, ao final de cada ciclo são levantadas e discutidas o rendimento dos alunos. A partir dos Pré Conselhos de Classe são traçadas ações com o objetivo de contribuir para que ocorra uma aprendizagem significativa, proporcionando as devidas competências e habilidades e por conseguinte, um melhor rendimento dos educandos.

A escola por ser um ambiente coletivo, é imprescindível que a avaliação desta, seja feito um levantamento em consideração a opinião dos agentes ligados a ela. Assim, a avaliação interna se dará através de entrevistas estruturadas em forma de questionários, que serão respondidos por membros da comunidade local, em seguida, serão analisados, para que assim, o trabalho na instituição seja continuamente aprimorado.

A escola também é submetida a uma avaliação externa, que tem como instrumentos, exames que são aplicados a cada dois anos e seus resultados são utilizados para compor o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), usado para desenvolver e implementar políticas públicas nessa área.

É importante que a escola passe a enxergar a Avaliação como uma oportunidade para o crescimento do seu aluno e avaliar a partir daí a aprendizagem. Avaliar é uma maneira de conduzir a aprendizagem, os educadores devem se preparar para ver além da nota, avaliar o desenvolvimento do aluno, que eles absorvam os conteúdos, isso claro, respeitando os ritmos de cada um.

É necessário no contexto educacional levantar algumas reflexões acerca deste assunto, por exemplo, as notas do boletim são suficientes para avaliar? Todo esse processo pode ser resumido em notas? Se for papel da escola ensinar, deverá caber a ela, um diagnóstico de cada aluno entendendo e conduzindo de maneira adequada e individual esse aprendizado.

Claro que a avaliação em notas é bem cômodo para a instituição, para os educadores, visando apenas números, tendo notas satisfatórias, mas não deve ser o único recurso.

No tocante a avaliação, o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), considera que a avaliação é parte relevante do processo da Proposta Curricular e do Projeto Político Pedagógico da escola. Esses documentos são construídos a partir de um entendimento coletivo de avaliar para garantir o direito na aprendizagem e não para meramente classificar os estudantes.

Segundo Sant'anna (2014), para o desenvolvimento do aluno seja avaliado de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, o professor deve organizar intencionalmente diferentes situações de aprendizagem. Ou seja, a escola tem por obrigação junto ao professor organizar avaliações reflexivas estruturadas para a aprendizagem.

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender (FREIRE, 1996, p.65).

Logo, é necessário que a escola e seu corpo docente perceba que a avaliação precisa estar em consonância com as diversidades, diferenças, subjetividades e individualidades dos sujeitos da aprendizagem.

Assim, o CEPAOF, tem a proposta de desenvolver a capacidade de aprendizagem como instrumento principal para o ensino posterior que é o ensino médio, dando ao aluno a maturidade de sujeito crítico capaz de transformar a sua própria realidade.

O CEPAOF tem proposta de avaliação consoante às diretrizes do Sistema Municipal de Ensino, destacando entre os instrumentos: prova, teste, trabalhos de pesquisa; produções, seminários, aulas e atividades de campo, atividades extraclasse, participação dos alunos nas aulas e atividades, participação em projetos pedagógicos, entre outros.

3.3. Temas Integradores

Os temas integradores fazem parte do universo da aprendizagem, de extrema importância nas mais diferentes etapas da educação, a escola por sua vez é o veículo articulador dessas ações. A BNCC discorre que:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas e abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2018, p. 19).

Educação em Direitos Humanos: O CEPAOF compreende que para uma prática em direitos humanos não se faz necessário que se introduza uma disciplina específica e sim inseri-la em toda prática desenvolvida na escola.

Educação em Direitos Humanos é um tema de grande abrangência, pois discorre sobre os direitos essenciais do cidadão:

- ✓ Direitos Civis: referem-se às liberdades individuais, entre elas o direito de ir e vir.
- ✓ Direitos Políticos: são direitos que garantem a participação dos indivíduos no processo político da sua comunidade local, estado e país.
- ✓ Direitos Sociais: diz respeito ao bem-estar econômico, a sua inclusão na sociedade.

O que propomos é uma EDH de forma articulada com todas as disciplinas escolares a partir de projetos construídos por toda comunidade escolar. O grande desafio do Centro Educacional Áureo de Oliveira Filho é a continuidade dessas ações durante todo o ano letivo, pois se trata de uma temática, como já citamos,

extensa, vários pontos presentes nas competências gerais do BNCC têm uma relação direta com os direitos humanos e por isso mesmo não podemos perder o foco.

De acordo Silva e Tavares (2011), é nesse cenário, tendo como foco a democracia e os direitos humanos, que a formação cidadã encontra espaço para ampliar sua atuação e o exercício da cidadania. Nessa direção, a educação em Direitos Humanos surge como instrumento de efetivação da cidadania .

Educação para a Diversidade: A escola vem desenvolvendo um papel importante para a diversidade, imprimindo uma formação respaldada no respeito aos saberes que os alunos trazem consigo de suas localidades, haja visto que o nosso público estudantil não pertence a sede apenas, mas sim, de comunidades diversas do município de Anguera. Dessa forma, o professor tem a função de mediar esses conhecimentos reconhecendo e valorizando a heterogenidade social existente.

Educação para o trânsito: De acordo com o art. 74 do código de trânsito é direito de todos Educação para o trânsito e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Dentro desse tema integrador é importante que a escola aborde temas e estatísticas de acidentes, violência no trânsito não só na cidade de Anguera, mas também em todo estado e país. Esses dados são importantes para que juntos possamos trabalhar a conscientização dos nossos alunos pautada na valorização e preservação da vida.

Assim, teremos instrumentos para uma prática pedagógica envolvendo toda a comunidade escolar, através de projetos, seminários, palestras educativas promovidas pela própria escola em parceria com a Secretaria de Educação.

Saúde na Escola: É papel inerente à escola produzir conhecimento a partir da realidade vivida pelos nossos alunos. Logo, diante dos problemas que são apresentados no nosso dia a dia pelos nossos educandos, temos a oportunidade a partir dos nossos temas integradores de focar na questão da saúde.

Nesse sentido, a escola se articula em torno de temas como: prostituição infantil, o uso de drogas, conflitos familiares entre outros temas relevantes que precisam ser trabalhados pela escola com o objetivo de fazer com que o aluno perceba a importância da saúde física e mental para o aprendizado.

O CEPAOF dispõe de uma psicóloga que atende regularmente nossos alunos imprimindo ações de fortalecimento mental. Temos também uma assistente social que visita à casa dos nossos discentes quando percebemos: queda no seu rendimento escolar, ausência do aluno na escola por vários dias, conflito familiar verificado pela psicóloga e outras situações detectadas.

Em parceria com a Secretaria de Educação do município de Anguera, a escola promove outras ações regularmente para a comunidade escolar:

- ✓ Testagem para a COVID- 19;
- ✓ Orientações de Dentistas para saúde bucal;
- ✓ Acompanhamento nutricional.

Essas ações têm por objetivo a valorização da saúde física e mental dos nossos alunos para que eles possam absorver melhor os conteúdos necessários para a sua formação.

Projeta-se, também, a oferta de oficinas significativas para os alunos, com atividades e temáticas aonde os mesmos encontrem sentido de relação com o cotidiano, servindo de motivação para que percebam a importância da escola em suas vidas, e assim, possam vislumbrar maior importância para com os estudos.

3.4. As atividades Complementares

As atividades complementares (AC's) assumem papel importante nas ações pedagógicas do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho. São desenvolvidas dentro da carga horária semanal reservada aos professores para a realização de atividades extraclases relacionadas com a docência, como o planejamento de aula, pré-conselhos de classe, plantões pedagógicos com a participação dos pais ou responsáveis, ações de planejamento de recuperações paralelas, planejamento para recomposição das aprendizagens, organização dos recursos pedagógicos a serem explorados nas aulas, reflexão educacional, debruçar-se sobre a avaliação da aprendizagem e do rendimento escolar do aluno, bem como autoavaliação das práticas pedagógicas e metodológicas, autoavaliação, reuniões ou atividades com a comunidade escolar e formações em atividade promovidas no âmbito da escola ou da Rede Municipal.

Na parte presencial, esses encontros também são utilizados para interação com a comunidade escolar, planejando ações pedagógicas que ampliem o horizonte de conhecimento dos estudantes, discutindo e avaliando as práticas implementadas na escola, além de discussões em torno das dificuldades vivenciadas no espaço escolar e também elaborar intervenções eficazes para o trabalho com os educandos.

A organização semanal das AC's ocorre dentro de um cronograma estabelecido por áreas do conhecimento. Seguindo a prática já consolidada, reserva-se as quartas-feiras para as áreas de Matemática e de Ciências da Natureza, as quintas-feiras para a área de Linguagens e as sextas-feiras para as áreas de Ciências Humanas. O escalonamento dos dias se torna a maneira viável e prática para que os professores da escola tenham facilidade de tempo para participação nas atividades complementares, em razão da obediência aos dias e turnos de lotação.

Os encontros presenciais das atividades complementares são organizados pela coordenação pedagógica e equipe gestora, que mediam as orientações pedagógicas acerca do planejamento escolar, bem como as estratégias de planejamento, prezando por atividades interdisciplinares e multidisciplinares, estratégias para combater a evasão escolar. Garantir a participação dos estudantes em projetos que devem ser desenvolvidos por todos os educadores e trabalhando durante o ano letivo contemplando cada componente curricular.

Nos encontros por área busca-se discutir quais práticas pedagógicas foram efetivas no processo de ensino e aprendizagem, também são elaboradas estratégias que garantam o máximo de aproveitamento dos recursos existentes na escola, além de criar e discutir estratégias para que todos os estudantes garantam um bom rendimento nos componentes curriculares. Prioriza-se, dentre das atividades, um olhar voltado ao desenvolvimento de um projeto de leitura contínuo por todo ao no letivo, como estratégia de contribuir com a leitura, escrita e letramento dos alunos.

Pós-pandemia, reconhecendo enormes prejuízos à consolidação de aprendizagens, conforme apontado por diversos estudos realizados por órgãos, pesquisadores e educadores, sinaliza-se a prioridade sobre ações de recomposição da aprendizagem, buscando intervir sobre as dificuldades da aprendizagem dos alunos.

Outro importante ponto é o planejamento voltado aos alunos com deficiência e transtornos do desenvolvimento, destacando-se a importância da prática pedagógica inclusiva.

Ao final de cada etapa letiva é feito um pré-conselho que tem como objetivo discutir sobre os trabalhos desenvolvidos durante aquela etapa, e sobre os desenvolvimentos das habilidades e competências dos estudantes, também é feita uma ficha de plano estratégico de cada turma pós, pré- conselho de classe onde são relatados os (Problemas Detectados, Ações Estratégica, Responsável pela Aplicação e Sujeitos da Ação), essas ações são feitas pela coordenadora com base em tudo que os professores informam na reunião, também deve ser relatados quais ações serão tomadas para melhor envolver os alunos e alcançarem as habilidades que ficou em defasagem na etapa anterior.

O CEPAOF como já afirmamos, dispõe de uma psicóloga que atende alunos que apresentam problemas como crise de ansiedade, tristeza constante, falta de interesse pelos estudos entre outros fatores que repercutem na baixa de rendimento escolar, sendo assim, nossa profissional de saúde, aproveita o momento desse encontro de área para conversar com nossos professores dando a eles uma devolutiva desses educandos que se encontram com problemas escolares.

Outros momentos do ano letivo, ditos indispensáveis ao planejamento, avaliação e autoavaliação da escola, requer programação prevista no calendário letivo escolar, sendo a jornada pedagógica que antecede as aulas, o encontro anual transdisciplinar oportunizado aos professores para apresentação e socialização das suas práticas pedagógicas e o conselho de classe final.

3.5. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

São muitas as demandas que surgem no dia a dia escolar, por isso é necessário que os professores sejam participativos nos ACs, nas reuniões e assembleias, demonstrando serem ativos nos projetos e atividades desenvolvidas na escola. Levar em consideração a condição da comunidade em que os estudantes estão inseridos, também deve ser papel do professor e demais funcionários, que a educação oferecida seja condizente com a realidade, tornando o processo de ensino

e aprendizagem atrativo e eficiente para os estudantes, evitando, assim o processo de evasão escolar.

Tendo em vista os avanços na tecnologia e no campo pedagógico, espera-se que os professores estejam acompanhando essas mudanças, participando das formações oferecidas pela rede municipal de Anguera e gestão do colégio Áureo Filho. A finalidade dessas formações é ajudar os professores nas elaborações e criações de dinâmicas para serem desenvolvidas em sala de aula ou fora dela proporcionando melhor compreensão dos temas que serão ou estão sendo desenvolvidos.

A escola representa suporte, segurança, rede de apoio e senso de pertencimento, por isso que essas formações possibilitam aos docentes e estudantes sair da zona de conforto onde estão, passando a refletir suas ações.

Falando especificamente dos alunos, percebe-se a alteração na forma como se comportam, adquirem e reagem aos serviços educacionais. Isso acontece devido às mudanças desencadeadas e impulsionadas por diversos fatores, tais como o avanço das tecnologias, a dinâmica do mundo moderno, o compartilhamento de informações em tempo real, as necessidades de adaptação, entre outras. Esse perfil conversa claramente com o perfil esperado do Professor.

Em suma, a escola busca formar o aluno cidadão, protagonista em suas aprendizagens.

4. ETAPAS DE ENSINO

4.1. O Ensino fundamental

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 32, essa etapa escolar terá por objetivo “a formação básica do cidadão”, mediante:

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, e do cálculo;

II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e da tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) versa:

Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo." (BNCC, 2018, p. 58).

É nesse sentido que esperamos receber nossos novos alunos, valorizá-los, sobretudo, seus saberes com o objetivo de ampliá-los para uma nova fase da vida escolar.

4.2. Anos Finais do Ensino Fundamental

O CEPAOF oferece à comunidade Anguerense os anos finais do Ensino Fundamental, que vai do 6º ao 9º Ano, com a missão de dar continuidade aos conhecimentos introduzidos nos anos iniciais, consolidando aprendizagens, e prepará-los para o Ensino Médio.

Dessa forma, no início do ano letivo, os alunos do CEPAOF são acolhidos no pátio da escola, quando é aproveitada a oportunidade para dar boas-vindas a todos, e toda equipe escolar se mobiliza para apresentar as regras de convivência, disciplina, bem como os professores se apresentam e expõem sobre suas práticas e seus planejamentos.

Os alunos que chegam para o 6º Ano, novos no ambiente escolar, encontram muitas mudanças nesse novo ciclo de ensino a começar pela nova escola, novos professores, disciplinas específicas, novos horários e diante dessas mudanças

bruscas, o CEPALOF se prepara para recebê-los de forma muito cuidadosa. No primeiro momento apresenta-se toda a estrutura escolar para eles, já em sala de aula, é promovida atividade lúdica pelo professor, com o objetivo de ambientar nossos estudantes no novo espaço escolar como também buscar uma empatia entre aluno, professor e demais funcionários.

No ano de 2022 a escola implantou uma ação relevante para alunos que se encontravam com dificuldades de aprendizagem. O serviço de reforço escolar com alunos do 6º e 8º ano com objetivo de mantê-los no mesmo nível dos demais.

A estrutura dos anos Finais do Ensino Fundamental do Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho passa a se organizar de acordo a homologação da BNCC em 2018, em áreas do conhecimento e seus respectivos componentes curriculares obrigatórios (chamados antes de matérias ou disciplinas), como mostra a seguir:

Área de Linguagens: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa;

Área de Matemática: Matemática;

Área de Ciências da Natureza: Ciências;

Área de Ciências Humanas: Geografia e História;

Área de Ensino Religioso: Ensino Religioso.

Além dos componentes obrigatórios comuns da BNCC, a escola pode complementar a grade curricular com uma parte diversificada para “*enriquecer o currículo*”, assegurando a contextualização dos conhecimentos escolares e diferentes realidades”. Sendo assim, O CEPALOF vem desenvolvendo esse complemento em uma área do conhecimento muito significativa, sobretudo, para área de trabalho e empregabilidade: o Empreendedorismo Local e Regional foi inserido como Componente Curricular enriquecendo a parte diversificada do currículo.

As atividades de empreendedorismo para sala de aula é uma forma eficiente de direcionar aos alunos para uma realidade cada vez mais comum na sociedade e com isso, despertar nos estudantes a curiosidade sobre esse universo. Como o empreendedorismo na educação é uma tendência que cresce constantemente, o professor pode ser a peça-chave para a preparação dos alunos para empreender.

É fundamental compreender que promover empreendedorismo na escola é falar sobre experiências inovadoras de aprendizagem, sendo assim, o primeiro passo é trazer pequenos problemas do dia a dia da própria comunidade para discussão em sala de aula, visando a apresentação de proposta de solução.

Dessa forma, preparar os alunos para a resolução dos problemas complexos, isso faz com que os educandos percebam suas competências como também instigados a desenvolver suas habilidades. De acordo com o BNCC, essas questões fazem parte da função social da escola.

4.2.1. Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada

O princípio de contextualização orienta a organização diversificada do currículo. A LDB assegura que as unidades escolares podem adequar seus conteúdos curriculares de acordo com as características regionais, locais e da vida de seus alunos. O CEPAOF se consolida com a LDB e compreende que as atividades propostas relacionadas as questões sociais do seu município fornece ao aluno uma ampliação da sua identidade, dando a ele a percepção de apropriação da grandeza da sua cultura. Para Paulo Freire (1987) ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Freire propõe que se discuta a realidade concreta e mais amplamente, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com os conteúdos.

Nessa perspectiva nossa escola poderá abordar:

- ✓ Como aproximar a escola da realidade do aluno;
- ✓ Como deve ser o envolvimento dos professores a partir de uma proposta inovadora;
- ✓ De que forma a escola deve se relacionar com a comunidade local.

Dessa maneira, compreendemos que toda atividade preparada para a sala de aula, pode ser construída a partir da realidade do aluno.

4.2.2 Transição do 9º Ano para o Ensino Médio

A mudança entre ciclos de ensino possui sempre novos desafios, no entanto, o CEPAOF compreende também que essa transição pode ser superada, pois o acolhimento é um recurso de grande impacto para aqueles alunos que estão se apresentando para uma nova fase da vida.

A escola enquanto ambiente para promoção de diálogo, no 9º ano as suas disciplinas oferecidas não somente o componente “empreendedorismo”, estão em permanentes reflexões a cerca do futuro de nossos alunos, abordando sempre a importância dos estudos, a escolha de uma profissão como também temáticas relevantes como: sexualidade, ética, cidadania entre outros assuntos importantes para o desenvolvimento dos adolescentes que estão migrando para o ensino médio. Sobre essa assertiva, o Documento Curricular da Bahia diz que: Os Anos Finais do Ensino Fundamental precisam estabelecer uma conexão mais sólida com a etapa final da Educação Básica, sobretudo quando refletirmos sobre a função social da escola e sobre a efetividade dela na construção dos projetos de vida dos estudantes. (BAHIA, 2019, p. 467), portanto, é nessa direção que estamos caminhando.

De acordo a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, esse documento traz os objetivos inerentes à etapa do Ensino Médio que está concomitante à dimensão social, cujos são: a formação para o exercício da cidadania e a preparação para a continuação dos estudos em nível subsequente, bem como a preparação para o ingresso no mundo do trabalho.

Assim, a função social da escola vai além dos seus próprios muros, ou seja, com o amparo da LDB, compreendemos que a Instituição Escolar precisa preparar o aluno para a vida e estar apto à convivência social, não só em sua comunidade, mas, sim em qualquer espaço que ele se encontre. Nesse sentido, O CEPAOF promove:

- ✓ Visitas e encontros com as Unidades Escolares da região;
- ✓ Passeios culturais: Feira do livro em Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS);
- ✓ Apresentação em eventos no Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA).

No ano letivo de 2023 analisaremos outros ambientes que poderão ser visitados por nossos alunos, buscando uma amplitude de conhecimentos. É dessa maneira que o CEPADF se apresenta para a nossa comunidade escolar, buscando sempre ampliar seus horizontes para um ensino de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento dos nossos sujeitos da educação.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. Educação de Jovens e Adultos (EJA)

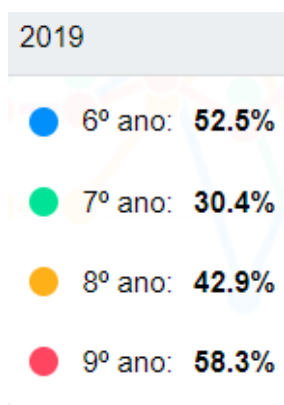
O índice de reprovação no Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho tem sido alto a cada Ano Letivo. Observa-se:

ANO	REPROVAÇÃO	EVASÃO	APROVAÇÃO
2017	28,6%	1,8%	69,6%
2018	24,1%	1,3%	74,6%
2019	27,8%	1,7%	70,5%

Fonte: Qedu / <https://qedu.org.br/escola/29435463-centro-educacional-professor-aureo-de-oliveira-filho/taxas-rendimento>. Acesso em 01/11/2022

A reprovação e a evasão, dentre outros fatores, determinam um grande fluxo de alunos com distorção *idade x série*. O recorte a seguir foi feito da estatística do site Qedu, compilados de dados oficiais fornecidos pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira:

DISTORÇÃO IDADE X SÉRIE / ANO LETIVO: 2019



Acesso em 01/11/2022

Para fins de oportunizar a correção dessa distorção, a escola planeja ofertar a partir do Ano Letivo de 2023, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) voltada especificamente ao público jovem, com idade a partir de 15 anos, organizada em Ciclos que compreendem o 6º e o 7º ano conjuntamente, bem como o 8º e 9º ano. Essa oferta será introduzida, de forma gradativa, com currículo a ser construído a partir das experiências vivenciadas, tendo como ponto de partida uma seleção de habilidades essenciais feitas a partir do plano de curso regular, com adaptações.

Os alunos e alunas de EJA trazem consigo uma visão de mundo influenciada por seus traços culturais de origem e por sua vivência social, familiar e alguns já, profissionais. É certo expor que eles trazem uma noção de mundo mais relacionada ao ver e ao fazer, uma visão de mundo amparada numa adesão instintiva e imediata às coisas que vê. Ao escolher o caminho da escola, a interrogação incide a seguir o ver desse aluno, deixando-o preparado para olhar. Acessível à aprendizagem, eles vêm para a sala de aula com um olhar que é, por um lado, um olhar acolhedor, afetuoso, e, por outro, é um olhar ativo: olhar curioso, desbravador, olhar que busca, olhar que pensa.

5.2. A Política da Educação Inclusiva

Modalidade de ensino que deve ser promovida nas diferentes etapas, numa perspectiva da inclusão, a Educação Especial dirige-se ao atendimento a alunos com deficiência, transtorno de desenvolvimento ou superdotação, buscando garantir o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia, independência e o desenvolvimento cognitivo conforme o ritmo e as possibilidades específicas.

A escola se compromete a garantir o acesso, a permanência e as condições de atendimento, buscando consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

A Declaração dos Direitos Humanos se consolida como um marco fundamental da história no sentido de sua democratização e visa assegurar às pessoas com deficiência os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social e a condição de participação na vida comunitária, sem nenhum tipo de discriminação.

A inclusão é a valorização das diferentes capacidades, das condições socioeconômicas, da cultura local e das formas de vivências diversas de cada sujeito.

Na busca pela valorização das diferenças, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho tem oferecido o atendimento educacional especializado através do Centro de Recursos Multifuncionais (CRM). Este espaço precisa ter uma relação bastante direta com a escola, sendo, na verdade, um anexo da escola, onde professores e orientadores dialogam acerca do planejamento, atividades e desenvolvimento dos alunos.

O CRM acolhe o aluno com relatório médico/especializado, ou com necessidades apontadas em relatórios psicopedagógicos, garantindo a oferta do atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, a partir do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), cuja elaboração deve ser efetuada pelo professor do AEE – Atendimento Educacional Especializado – e compartilhado com os demais Professores que também podem contribuir com o documento. Quanto à execução prática do PDI, cabe ao conjunto dos profissionais a aplicação, inserindo nesse contexto os Professores das turmas regulares.

Sobre a articulação intersetorial, o CRM atua com o apoio da Supervisão Pedagógica da Educação Especial, em parceria com a Assistente Social e do profissional de Psicologia.

A escola deve se preocupar em acompanhar a frequência dos alunos inseridos na educação inclusiva, tanto nas turmas regulares, quanto no AEE. Para isso, o contato com a família deve ser bastante próximo, inclusive, partilhando orientações. Essa interlocução visa ainda, a garantia de direito do aluno à educação inclusiva e as orientações necessárias dispensadas às famílias.

A escola, fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) – busca garantir a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às especificidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência, com qualidade no ensino.

5.2.1. Concepção da Escola Inclusiva

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com deficiência, transtorno do desenvolvimento ou superdotação nas turmas regulares, com o mais possível enfoque humanístico. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Uma escola inclusiva se constrói no dia a dia do seu funcionamento. Uma das barreiras a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade às vezes é contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A escola é um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, a escola tem como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e também das turmas regulares, intensificar a relação entre os professores do AEE e os regulares, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, estimular a construção de projetos de educação inclusiva, adaptar atividades quando necessário ao aluno e fortalecer o vínculo com a família.

Destaca-se que o papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos, com a participação, têm a contribuir para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

A escola precisa cada vez mais se adaptar a esses sujeitos para recebê-los, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estará verdadeiramente dando passos concretos de uma escola inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas e comunicacionais, como na parte pedagógica, mantendo metodologias e práticas adaptadas, instrumentais, programáticas e atitudinais.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora.

5.2.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

O princípio da integração visa o estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. Integrar não é apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional, pedagógica e social até a institucional.

As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja no AEE ou nas turmas regulares.

5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

O Centro de Recursos Multifuncionais (CRM) deve ser visto como parte integrante da escola. Cada vez mais a parceria deve ser fortalecida. A parceria de ambos tem como diretrizes:

- ✓ A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
- ✓ Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;

- ✓ O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.

No que tange o atendimento especializado, a proposta operacional resguarda a importância desse atendimento que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora e cada data agendada, ou em pequenos grupos. A interação/socialização também deve ser garantida, ou seja, o planejamento irá prever estratégias diversas.

O atendimento educacional especializado é feito no turno oposto ao do ensino regular, com disponibilidade de um transporte específico, quando necessário.

Destaca-se a necessidade de ampliação e/ou revitalização da Educação Inclusiva, através do Centro de Recursos Multifuncionais, fortalecendo a equipe multifuncional com Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, onde o CRM ou mesmo a escola, venha ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo.

Como espaços acolhedores e socializadores, o diálogo entre a escola e o CRM deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos assistidos.

5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação Inclusiva

Para a avaliação da aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes com algum tipo de deficiência, transtorno de desenvolvimento ou superdotação é importante fazer uso da flexibilização curricular, quando necessário, de forma a selecionar no currículo as habilidades essenciais ao público, buscando adequar o que se avalia com as potencialidades do aluno.

Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o Professor avalie o aluno dentro de um olhar voltado para o avanço nas habilidades sensoriais e cognitivas, conforme as especificidades, respeitando possíveis limites, se existirem,

sempre em consonância com o que diz o PDI – Plano de Desenvolvimento Individual.

É necessário descobrir quais são as habilidades e dificuldades do aluno especial e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que eles podem dar mediante as suas especificidades. Não se pode deixar de considerar as aquisições sensoriais e atitudinais, além das cognitivas, do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas aulas dos componentes curriculares, para que a avaliação seja justa e inclusiva.

Às turmas regulares, recomenda-se que sejam aplicados os mesmos instrumentos de avaliação para todos os alunos, visto o princípio da inclusão, com as adaptações necessárias conforme cada especificidade. No tocante à avaliação somativa, indica-se ao Professor descrever relatos sobre o nível de desenvolvimento do aluno, com vistas a ser anexado ao PDI, e respaldar o rendimento escolar indicado no Diário de Classe.

5.3. A Política de Educação do Campo

Ainda que localizado no espaço urbano da cidade de Anguera, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho recebe parte do seu alunado oriundo de localidades rurais do município, cujo acesso à escola ocorre através do serviço de transporte escolar. Diante dessa realidade, a escola não pode perder de vistas a política da educação do campo.

A proposta de Educação do Campo visa oferecer um modelo de ensino para a população do campo em conformidade com suas realidades, buscando oferecer um vínculo entre a escola e suas práticas pedagógicas com as famílias do campo, os produtores rurais, procurando garantir uma forma de ensino-aprendizagem condizente com os valores e práticas tradicionais do campo.

Enquanto anteriormente os modelos educativos eram pensados exclusivamente pelos educadores tradicionais, isto é, pessoas com formações para isso (sendo a formação algo privilegiado e inacessível), as novas propostas compreendem a importância da inclusão da população nas discussões sobre educação. Por meio do diálogo entre educadores e produtores se estabelecem

diretrizes que passam a aproximar a realidade campesina da proposta escolar e seu modelo de ensino.

O município de Anguera se caracteriza pela forte agricultura e pecuária tanto na sede como nos distritos, sendo assim, a educação do campo deve ser pensada e considerada no âmbito do Colégio Áureo Filho.

A educação do campo é uma proposta abrangente que visa a formação do homem do campo e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. Nessa linha, a escola deve estimular o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.

O relacionamento da escola no aspecto cultural tem uma extrema importância, assim para o nosso estudo, o relacionamento entre as partes envolvidas neste processo de formação deveria acontecer de maneira dialógica, numa contínua troca: Eu te percebo, te respeito e nós construiremos, juntos as saídas para os nossos desafios.

As variedades no CEPAOF são diversas, as oficinas de música e dança, trabalhos artísticos e de histórias ligados ao resgate cultural do povo da região que acontece durante o decorrer do ano letivo. Esse quesito traz uma diferença significativa no comportamento e no engajamento da escola em relação tanto ao comportamento das escolas rurais de uma maneira geral, quanto ao comportamento e o engajamento das escolas em alternância de forma mais especificamente.

Em relação aos princípios norteadores da Educação do Campo, as práticas pedagógicas que a escola desenvolve ajudam no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, pois ele reconhece sua identidade naquilo que a escola oferece. Ou seja, a aprendizagem se torna significativa.

Esta prática possibilita a construção de sujeitos sociais e novas formas de socialização, ao propor gestão coletivamente à realidade, é conceber o campo como espaço de vida para as futuras gerações.

A valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Nesse caminhar, um procedimento essencial é a escuta, no qual sugere-se à escola:

- ✓ Escutar os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas;
- ✓ Escutar os educandos e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola;
- ✓ Escutar as carências expostas pelos professores das escolas do campo;
- ✓ Inserir em seus projetos pedagógicos ações e temáticas voltadas à vida no campo.

As diretrizes da avaliação precisam levar em conta características intrínsecas específicas dos educandos residentes no campo. Assim, a escola, respeitando essa diversidade, deve considerar o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo, assim entendemos a prática educativa como suporte em proveito do aprendizado tanto para o homem urbano, quanto para o homem rural.

Uma escola que pressupõe uma perspectiva esperançosa e que se constitui em uma escola transportada pelas mãos de seus agentes, comunidade escolar e local, possibilita entender a oportunidade de superação dos sujeitos intermediada por uma prática educativa. Diante do exposto, este trabalho tem o objetivo de conhecer mais sobre a comunidade na cidade de Anguera especificamente no (CEPAOF), que tem sua origem e suas bases na agricultura. A agricultura na cidade é bastante forte devido às feiras que existem na cidade juntamente com o conhecimento dos moradores que ali residem.

Seguindo nessa direção, que o processo ensino-aprendizagem se dê através de práxis que vise transformar a realidade dos sujeitos envolvidos. Logo, o entendimento da implementação de uma prática educacional diferenciada com vistas às proposições e concepções da Educação do Campo percebemos como a escola

se torna dinâmica e envolvida com os problemas da comunidade. O trabalho é essencial na vida das pessoas que moram no campo.

5.4. A Política da Inovação Tecnológica

Há ainda um descolamento entre a realidade vivida pelo aluno intensamente mediada pelas tecnologias, e aquela que ele encontra na escola, o que gera desinteresse, desmotivação e conseqüentemente, altos índices de evasão.

Essa situação compromete ainda o Desenvolvimento do país, que não consegue preparar profissionais e cidadãos para lidar com Os desafios da atualidade. Também a educação brasileira perde a oportunidade de incorporar essas novas alternativas para resolver antigos problemas.

Para reverter essa situação, gestores públicos, acadêmicos, educadores e empreendedores, em todas as partes do mundo, têm investido no desenvolvimento de inovações capazes de fazer com que a educação responda às demandas do século XXI e aos interesses do aluno.

Nesse sentido , é de fundamental importância que seja criado, de fato, políticas públicas adequadas e direcionadas para o campo, pois temos em mãos a Base Curricular Comum Nacional que nos apoia e incentiva para desenvolvermos um trabalho de qualidade nas regiões campestres.

5.4.1. Concepção da Inovação e Tecnologia

As inovações podem se dar de forma instrumental, agregando melhorias a processos ou produtos já existentes, rompendo com o que existe e propondo novos paradigmas. As mudanças podem ser desenvolvidas dentro do próprio sistema que busca se renovar ou vir de fora para dentro, por meio da incorporação de processos ou produtos propostos por parceiros.

Assim, também acontece no mundo da educação, em que muitas das tendências apontam para inovações baseadas no uso de tecnologias que, inicialmente, propõem melhorias incrementais, as quais, gradualmente, vão provocando rupturas mais profundas.

Muito além de possíveis modismos, torna-se cada vez mais claro o impacto que essas inovações podem ter na promoção da qualidade e equidade na educação

brasileira, ainda profundamente marcada pela desigualdade e pelo baixo nível de desempenho dos alunos, evidenciado pelos resultados das avaliações oficiais.

5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

O processo educativo atual requer um olhar mais abrangente sobre os meios tecnológicos, envolvendo novas formas de ensinar e de aprender, combinados com o modelo da sociedade do conhecimento, o qual se caracteriza pelos princípios da diversidade, da Integração e da complexidade.

O ensino acompanhado da própria tecnologia é óbvio que largamente pode ser discutida em conjunto, pode-se dizer que existe propostas diversificadas para a assimilação de conteúdos. Porém, é viável que apenas o docente faça essa interligação do conteúdo aos seus alunos, não se tratando apenas de uma obrigação pedagógica, mas que inclua o conhecimento como um todo no debate pedagógico sob as orientações dadas por eles. Uma didática voltada para análise e compreensão do mesmo que já está fortemente sendo vista nas metodologias, se tratando de uma educação que acompanha o procedimento tecnológico da vida.

5.4.3. Diretrizes da Inovação Tecnológica

Tecnologia e inovação podem contribuir muito para garantir equidade, qualidade e contemporaneidade na educação pública, assim como melhorias na gestão educacional. Para que isso se torne realidade é necessário não apenas ter claro os benefícios educacionais que a tecnologia pode gerar, como também contar com mecanismos para o planejamento, a implementação, o financiamento e a avaliação das ações de tecnologia nas redes de ensino.

É preciso ainda compreender que a adoção de tecnologia e inovações é uma ação complexa que demanda atenção a diversos fatores, como por exemplo a formação de professores e equipes gestoras, a produção e disponibilização de conteúdos, recursos digitais, acesso à internet de qualidade, a disponibilidade de equipamentos multiplataforma, etc.

A adoção de inovação e tecnologia na educação deve ser uma atividade discutida na rede de ensino e planejada detalhadamente; por isso, os governos estaduais e municipais, assim como, em alguns casos, as regionais de ensino e as

próprias escolas, deverão elaborar planos próprios de inovação e tecnologia na educação, os quais estabeleçam as atividades, estratégias para Implementação, financiamento, monitoramento e avaliação sempre alinhadas com as políticas educacionais atuais.

5.5. A Política da Inovação Estudantil

5.5.1. Concepção de Assistência Estudantil

O estudante precisa ter a garantia não somente do acesso à escola, como também facilitadas as condições de permanência e de sucesso. Espera-se, do aluno na escola, a consolidação de aprendizagens, respeitadas o ritmo individual de cada um, diante da diversidade que caracteriza o todo.

A assistência estudantil é um mecanismo utilizado pela escola para acolher, incluir, cuidar, educar, orientar, socializar, garantir aprendizagens e promover a formação integral.

A assistência estudantil se define como um conjunto de ações, onde, em muitas delas a escola necessitará buscar apoio de políticas públicas educacionais junto à Secretaria Municipal de Educação e outras instâncias.

Por sua vez, a escola já se apara nas ações de assistência estudantil, como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino.

As ações de assistência se tornam importantes aliadas na formação integral dos estudantes, pois garantem ao educando um melhor desempenho escolar.

Dessa forma, a fim de evitar a evasão escolar, O CEPAOF, através da assistência social da rede de educação municipal de Anguera, verifica com regularidade se há ausência de aluno na escola por mais de dois dias; detectadas essas faltas, a escola entra em contato, imediatamente, com os pais ou responsáveis pelo educando, ou até mesmo encaminha profissionais para se dirigir à casa do aluno faltoso e verificar o motivo da sua ausência na escola, adotando um diálogo para que o mesmo possa retornar o mais breve possível à escola. Essa ação caracteriza a Busca Ativa Escolar.

Neste ano de 2022 a escola aderiu á ação Dia “D” da Frequência Escolar, que se torna um momento para monitoramento da freqüência de cada aluno matriculado, e ao mesmo tempo a instituição busca proporcionar atividades que tornem o ambiente mais atrativo aos alunos.

A escolha dos líderes de classe, que são orientados por um Professor da escola, com carga horária designada, tende a ajudar na formação do aluno consciente dos seus direitos e deveres, dedicados aos estudos, protagonistas de suas aprendizagens e em formação para o exercício da cidadania.

Uma assistência positiva do CEPAOF é o empréstimo de livros aos alunos sem contar que a Sala de Leitura é um ambiente acolhedor, pois além dos empréstimos, é o lugar de pesquisa, onde o aluno tem acesso à internet como também assiste documentários, filmes, seminários, desenvolve trabalhos em grupo, temos também uma funcionária exclusiva para o atendimento de nossos educandos.

A escola oferece transporte escolar para os alunos da zona rural. Há o fornecimento do fardamento escolar, e outra questão de fundamental importância para nossa escola é a alimentação, trabalha-se com um cardápio variado para atender as necessidades nutritivas do alunado.

5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil

Os princípios orientadores da assistência ao estudante vêm atender a demanda estudantil e tem por objetivo:

- ✓ Democratizar as condições de permanência dos alunos;
- ✓ Minimizar os efeitos socioeconômicos das famílias;
- ✓ Promover a inclusão social dos seus alunos.

Sendo assim, nossa escola com suas ações através de projetos e programas vem ressignificando as condições sociais dos nossos alunos, buscando sempre uma educação de qualidade, possibilitando a eles uma continuidade de vida baseada na cidadania e valor morais e éticos.

5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil

Em linhas gerais, dentro do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Áureo Filho, a escola viabiliza a organização política do estudante,

promovendo eleições para líder e vice- líder de sala para que os mesmos participem da vida da escola de forma a contribuir com as necessidades da sala de aula.

No início do ano letivo foram eleitos líderes e vice líderes com o objetivo de serem a escuta da sala de aula e também da escola como todo. Eles têm a função de reivindicar melhorias para escola como também o compromisso de disciplinar, orientar seus pares em sala de aula.

A escola vem promovendo reuniões periódicas com os líderes e vice- líderes com a presença do diretor da instituição para atender as suas reivindicações como também orientá-los no sentido da importância do seu papel exercido no ambiente escolar.

Fonseca (1995) discorre que a aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação com o envolvimento com o grupo no qual está inserido. Logo, compreendemos a importância do aluno para escola, na verdade, esses sujeitos são os verdadeiros protagonistas das instituições de ensino.

5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional

5.6.1. Concepção da Formação Continuada

Podemos definir a formação continuada como um processo de adição de novos conhecimentos que ampliam o desempenho do profissional dentro da sala de aula. Esses conhecimentos podem ser adquiridos por meio de cursos complementares e podem ser turbinados com a leitura de livros especializados, participação em workshops, reuniões etc.

O conceito de formação continuada passou a vigorar no país no ano de 1996, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A lei define que os professores de todas as modalidades de ensino, da pré-escola ao ensino superior, têm o direito de fazer cursos de atualização para ampliar o seu escopo de atuação.

Embora a formação continuada tenha sido inserida na legislação de Diretrizes e Bases da Educação há mais de duas décadas, nos últimos anos, o termo passou a ganhar mais corpo. Isso porque a evolução da tecnologia mudou radicalmente o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse cenário, a formação continuada vem ganhando cada vez mais destaque, tornando-se determinante para o bom aproveitamento e para a formação dos professores. Mesmo os docentes mais experientes precisam adquirir novos conhecimentos sobre as novas tendências pedagógicas e as principais novidades de ensino.

Com o ensino a distância isso ficou mais fácil inclusive para os professores que não estão em grandes centros se especializem para que sejam implementados novos métodos de ensino. Quando o professor alia o bom conteúdo com a utilização dos recursos tecnológicos, o processo de ensino se torna mais atrativo.

Além de elevar a qualidade do trabalho dos professores, a formação continuada garante que os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade, com um ambiente de aprendizagem mais dinâmico. Isso aumenta a satisfação dos pais e contribui para a construção de uma boa imagem da instituição, que ganha um diferencial de mercado.

É importante que o profissional encontre um horário para realizar a sua formação continuada. Nesse cenário, cabe aos diretores, coordenadores e orientadores buscarem soluções e alternativas para que os docentes incrementem o seu currículo e conhecimento. Para isso, os gestores deverão fazer uma avaliação dos cursos presenciais de aprimoramento. É preciso incentivá-los e facilitar o acesso deles a essas formações.

Quando os professores fazem de maneira periódica reuniões e discussões, podem compartilhar os desafios que encontram no dia a dia e as soluções que utilizaram para superá-los. Desse modo, um absorve as soluções do outro, acelerando a evolução do ensino na instituição como um todo.

Desse modo, a formação continuada dos professores contribui não apenas para o aumento da capacidade profissional, mas também para a fidelização dos alunos e a credibilidade da instituição. Para que a escola consiga mapear as melhores oportunidades de aprimoramento para o seu corpo docente, uma boa gestão é primordial. Assim, pode-se dizer que a adoção de um bom sistema de gestão também contribui para a formação continuada de docentes.

5.6.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada

O futuro professor precisa desenvolver tais competências em sua formação para que possa passar os mesmos princípios a seus alunos:

- 1.** Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do aluno e na sua própria aprendizagem;
- 2.** Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e soluções tecnológicas, para selecionar, organizar com clareza e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas;
- 3.** Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o aluno possa ampliar seu repertório cultural;
- 4.** Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital para se expressar e fazer que o aluno se expresse para partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo;
- 5.** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes
- 6.** Valorizar a formação permanente para o exercício profissional,
- 7.** Buscar desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental.
- 8.** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional;
- 9.** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos;
- 10.** Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões

com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

5.6.3. Diretrizes da Formação Continuada

O professor sempre deve continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo de sua carreira. Os referenciais são estabelecidos para contribuir para especificar a qualidade da atuação docente. Além disso, as oportunidades de desenvolvimento profissional são também uma forma de valorização docente.

A implementação da BNCC reforça a necessidade e atualização profissional já que ela exige o domínio de conhecimentos específicos, pedagogias ativas e contextualizadas que facilitem a aprendizagem de conteúdos e desenvolvimento de competências pautadas pela Base, como as socioemocionais, o desenvolvimento integral e o projeto de vida dos estudantes. Para tal, é necessário dar aos professores oportunidades de aprender em seu contexto de atuação e aplicar na prática – independente do tempo de formado do educador. A premissa é de que não só os estudantes das escolas brasileiras possam aprender de forma ativa e contextualizada, mas que a formação inicial e continuada também siga desta forma.

5.7. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

5.7.1. Concepção Comunicação Escolar / Família / Comunidade

A escola é constituída por pessoas que se interagem através da comunicação e descobertas de novos conhecimentos, desde seus colaboradores que compreendem: porteiro, serventes, merendeiras, pessoal de apoio, diretores, coordenadores, professores, alunos, pais ou responsáveis. A comunicação entre a escola e as famílias se faz necessário e se torna eficaz quando estes autores (pais) confiam e cooperam com os professores a melhorarem as interações com à escola. Percebe o ambiente escolar de modo mais positivo desde as políticas educacionais e o progresso dos alunos.

A comunicação é uma forma importante de interação, o que se faz é de suma relevância para o homem enquanto ser social, e desta forma, é graças a ela que a sociedade evoluiu, e assim também a educação tem se evoluída.

Nossa escola conta com uma psicóloga, agente da ação social, além de professores, coordenadores e diretores que dialogam com os alunos e pais de forma direta ou por meios eletrônicos no intuito de estreitar e aproximar mais a relação dos agentes da escola com os pais.

O Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera referenciado pela BNCC, parte do pressuposto que, o currículo vem a ser o caminho para a organização de uma trajetória de escolarização que parte também do interesse coletivo repensando, ressignificando e alinhando as necessidades dos educandos de forma colaborativa apoiado nesta relação família, escola, comunidade. Conhecendo a importância da educação para o processo de socialização e interação entre o homem e seu meio, podemos entender família, como uma instituição e tem o seu papel singular na formação do caráter do educando.

É por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa (DESSEN, M.A & POLONIA, A.C. 2007).

Para compreendermos melhor esta tríade família, escola e comunicação precisamos deixar claro o conceito de família e escola, bem como a importância da comunicação para ambas, assim, como a sua permanência no processo de ensino e aprendizagem.

A confiabilidade humana segue alguns critérios e um destes é a comunicação, que neste caso, está entre a escola e a família. A escola por sua vez, é representada pelo gestor e toda sua equipe de apoio com os co-idealizadores de uma instituição de ensino que primem pela excelência.

A educação é um processo social, e nesse contexto esta socialização perde a força no âmbito familiar, por isso, que esta pandemia demonstrou que foi o vínculo do filho ao leito familiar, pois antes da pandemia, muitas famílias faziam da escola um refúgio para as crianças, assumindo um papel com mais passividade quanto a

educação de seus filhos em um estado de inércia, acomodação e estagnação, jogando toda a responsabilidade do educar para a instituição escola.

O elo mais forte entre família e escola tem que ser a comunicação, e esta comunicação não poderá ter ruídos e a mesma deverá ser partilhada entre o binômio escola e família de forma direta ou indireta para que esta empreitada pedagógica tenha como resultado uma educação de qualidade. É de suma importância esclarecer que esta comunicação deverá ser efetiva e humanística entre a escola, família e comunidade, de modo, que colabore e desenvolva no educando competências e habilidades, como a BNCC indica, e tenderão minimizar conflitos e maximizar sua inteligência emocional.

A proteção do Estado à família é, hoje, princípio universalmente aceito e adotado nas Constituições da maioria dos países, independentemente do sistema político ou ideológico. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, votada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, assegura às pessoas humanas o direito de fundar uma família, estabelecendo o art. 16.3: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito a proteção da sociedade e do Estado. (LÔBO, 2011, p.17).

Assim sendo, a família e a escola não percam mais esta ligação e que a família possa perceber que por mais que uma escola esteja preparada em termos de infraestrutura e de profissionais da educação, esta escola nunca suprirá a carência deixada pela família ausente, e que juntos, conseguirão oferecer melhores perspectivas a seus educandos.

5.7.2. PRINCÍPIOS DA COMUNICAÇÃO ESCOLA / FAMÍLIA / COMUNIDADE

A comunicação entre família e escola no processo de aprendizagem tem reflexos muito importantes, pois ela está diretamente relacionada ao desenvolvimento dos alunos.

A função educativa da escola, portanto, imersa na tensão dialética entre reprodução e mudança, oferece uma contribuição complicada mas específica: utilizar o conhecimento, também social e historicamente construído condicionado, como ferramenta de análise para compreender, para além das aparências superficiais do status quo real – assumido como natural pela ideologia dominante -, o verdadeiro sentido das influências de socialização e os mecanismos explícitos ou disfarçados que se utilizam para sua interiorização pelas novas gerações. (SACRISTÁN & GÓMEZ, 1998, p. 22)

Dessa forma, o espaço de aprendizagem não pode ser visto somente como a sala de aula, tampouco a participação da família deve ocorrer de forma isolada em casa. Essa relação exige um trabalho conjunto entre as partes. A escola ao oferecer o espaço para a participação dos pais e destes ao colaborar com o planejamento e a gestão da aprendizagem dos seus filhos, até mesmo auxiliando com as práticas pedagógicas escolares. Os pais são fundamentais na aprendizagem e no progresso escolar dos seus filhos.

Muitas vezes, é preciso que a escola tenha atitudes mais ativas para manter a comunicação com os pais. Para isso, é fundamental incentivar a comunicação constante com os familiares. Neste sentido é essencial que a escola informe aos pais sobre as competências que o aluno deve adquirir nos vários momentos da aprendizagem e de como podem envolver em ações de aprendizagem articuladas com o trabalho do professor em sala de aula.

É importante que a escola esclareça como a presença dos pais ou responsáveis se torna um grande diferencial na vida escolar dos filhos. Isso também efeito nos plantões pedagógicos promovidos pela escola, sempre que houver a necessidade.

Também é possível utilizar os canais de comunicação para mantê-los informados sobre os acontecimentos da escola e dos estudantes. Dessa forma, sua escola estará atuando além do diálogo comum, expandindo a forma e o jeito de se comunicar.

Para fins de garantir um foco direcionado aos problemas de aprendizagem, participação e convivência na escola, as reuniões pedagógicas com pais e responsáveis serão dirigidas prioritariamente por turmas ou séries, possibilitando a cada pai ou responsável um diálogo direcionado ao contexto vivenciado pelos alunos em suas especificidades.

5.7.3. DIRETRIZES DA COMUNICAÇÃO FAMÍLIA / ESCOLA / COMUNIDADE

Em seu artigo primeiro, a LDB trata da educação de uma forma muito ampla. Ela reconhece que a escola compartilha a responsabilidade de educar as novas gerações (crianças, adolescentes) e também os jovens e adultos com várias outras

instituições da sociedade; a família, a convivência humana, o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as manifestações culturais. Portanto, a família e a escola compartilham a responsabilidade pela educação com várias outras instituições. O PEV (Programa de Educação Voluntária) é um grande esforço no sentido de demonstrar que é possível praticar uma ética de co-responsabilidade educativa entre os vários agentes sociais, que se sintam comprometidos com o ideal de uma educação de qualidade para todos.

O artigo 2º da LDB afirma que a educação é direito de todos e dever da família e do Estado cabendo aos pais, na idade própria, matricular seus filhos na rede escolar, cumprindo ao Estado a responsabilidade de oferecer vagas e condições adequadas de ensino. Segundo este mesmo artigo as bases, ou seja, os pilares, os alicerces da Educação Brasileira são:

- a)** Os “princípios de liberdade”, ou seja, o respeito dos direitos individuais;
- b)** Os “ideais de solidariedade humana”, ou seja, a busca da equidade e da justiça social, no atendimento dos direitos coletivos.

Quanto aos fins da educação, a LDB menciona três grandes objetivos a serem atingidos:

- a)** O pleno desenvolvimento da pessoa do educando. Trata-se, pois, do compromisso com o crescimento físico, emocional, intelectual, moral e espiritual das crianças, adolescentes, jovens e adultos que frequentam a escola;
- b)** A sua preparação para o exercício da cidadania. Não se trata de ensinar apenas o conceito de cidadania. Preparar para o exercício da cidadania é criar oportunidades educativas que propiciem a prática e a vivência da cidadania por parte dos educandos e educadores;
- c)** A sua qualificação para o trabalho. A qualificação para o trabalho na Educação Básica não pode ser confundida com o ensino de uma profissão (educação profissional). Trata-se do desenvolvimento de conhecimentos e valores, hábitos e atitudes, que contribuam para o educando ingressar, permanecer e ascender no mundo do trabalho.

Neste sentido, a busca ativa é um instrumento vivo constante que ajuda a escola a se aproximar dos pais visando manter o aluno frequentando de forma regular a escola; o conselho escolar também dar sua contribuição nesta aproximação, pois seus membros dialogam com as famílias inseridas nesse processo; Outro meio importante é a organização das mães que tem se reunido para discutir e buscar soluções adequadas para alguns problemas que envolve nossa escola como: muitas ausências ocorridas por parte de alguns professores, o direito a falta por motivo de saúde é reconhecido pela instituição, porém o que escola e pais não concordam são o número elevado de faltas, cometidas que prejudica o bom andamento das aulas. Vale ressaltar, que a escola tem se mobilizado no sentido de verificar e pedir a esses profissionais, sobretudo nas nossas Aulas Complementares (A/C), mais dedicação desses profissionais com a instituição escolar, resguardando o seu direito.

A indisciplina e falta de respeito dos alunos é outro ponto que tem preocupado os gestores, professores e os pais, neste sentido para minimizar essa problemática a Secretaria de Educação também mobilizada e preocupado com a situação que esta passando nossa escola criou um projeto chamado: Ação Juventude, um instrumento de comunicação entre os alunos com formação de lideranças juvenis de turmas, palestras multivacionais, apresentações religiosas, show recreativo. A quadrilha junina também envolve alguns alunos com danças característica do nordeste que é o forró, além de trabalhar a expressão corporal, organização, disciplina, assiduidades, compromisso, empatia,, desenvoltura, comportamento.

O envolvimento da comunidade é também importante. As famílias e os alunos são informados acerca dos recursos existem bem como acerca das atividades recreativas que ocorrem na escola como os jogos escolares que movimentam toda a comunidade escolar. É um momento que envolve muitos alunos nas competições. Este ano, nossa escola, o Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho conquistou duas medalhas: uma na disputa da dama e a outra com o baleado.

A escola tem apoiado os pais no desenvolvimento de condições que permitam a aprendizagem em casa como por exemplo, blocos de atividades que vem sendo um instrumento de reforço e fixação de conteúdos estudados.

A Feira de Ciências, que já esta na sua sétima edição, é organizada pela Secretaria de Educação com a participação de todas as escolas que compõem a rede anguerense de ensino. Neste evento se apresenta os resultados dos projetos desenvolvidos durante o ano letivo e também se celebra a emancipação política de Anguera com: apresentações de nossos alunos (dança, música, teatro), show com convidados, samba de roda, visita as estandes. É lindo vê os pais dos alunos e toda comunidade participando do evento.

A escola deve garantir que as famílias compreendam os objetivos sociais. Vamos implantar um manual de informações para os pais, com missão, objetivos, políticas, regras da escola, sessões de perguntas e respostas sobre as políticas escolares para que as diretrizes traçadas possam ser alcançadas com clareza na busca de uma educação de qualidade. Resumindo, a escola, além de respeitar a individualidade das pessoas, deve empenhar-se na formação das novas gerações para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna.

O Centro Educacional Professor Áureo de Oliveira Filho tem um grupo aguerrido de colaboradores determinados que busca alinhar as tendências pedagógicas com a realidade de nossa escola. A escola se configura como a instância que precisa do apoio da comunidade e da família para que tenha condições adequada para garantir que todos tenham acesso ao legado cultural da humanidade. É um espaço geográfico e histórico onde a educação se dá de forma intencional, estruturada, sistematizada e explicita, onde o conhecimento é construído ativamente.

6. Acompanhamento e Avaliação do Projeto Político Pedagógico

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

O PPP é um documento norteador das atividades do ensino aprendizagem, orgânico, pois apresenta a maneira como os conteúdos serão ensinados, levando em conta a realidade social do aluno, fortalecendo, assim, a sua identidade. De acordo (BNCC, 2017,p.13):

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.

A BNCC confere autonomia para o desenvolvimento de atividades voltadas aos saberes da realidade de vida dos educandos.

No que diz respeito a avaliação na perspectiva de encontrar a melhor maneira de avaliar nossos alunos, levamos em conta a bagagem cultural que esses sujeitos apresentam, suas experiências, suas responsabilidades no dia a dia.

Faz-se necessário conhecer esses educandos de maneira prévia e serem analisados no que se refere às avaliações, de que maneira um aluno que não atinge o esperado pelo professor na sua avaliação pode ser visto como aquele que não tem condições de seguir em frente para uma nova etapa de avaliação? Ou ainda, será que esse educando não precisa apenas de aulas de reforço escolar? Esses critérios precisam ser debatidos pelo corpo docente juntamente com a direção e coordenação da instituição no sentido de articular estratégias para casos assim.

A nossa intenção é alertar os colegas de que nem tudo pode ser medido, mas que tudo pode ser avaliado. Porém, que uma classificação ocorrerá conforme regras que deverão ser o mais logicamente aceitável e, mesmo assim, critérios pessoais estarão presentes. (Sant^a Anna, 2021, p 9).

O CEPAOF entende que a avaliação perpassa por uma série de critérios que merecem ser observados e estudados.

6.2. Aspectos Teóricos / Metodológicos do Processo

A avaliação precisa ser concebida com metodologias claras que possam contribuir para o desenvolvimento dos estudantes. Os rumos, os caminhos, os procedimentos para implementar uma avaliação significativa atenderá, como já afirmamos, as orientações do próprio BNCC. A partir da construção Projeto Político Pedagógico, evidenciou -se a autonomia na construção de nossa avaliação desde que seja garantida uma educação de qualidade. Sendo assim, buscamos apoio em referências bibliográficas que atende a realidade dos educandos do município de Anguera.

Conectamos as contribuições de (San-Tanna, 2021, p. 39):

A Função diagnóstica objetiva:

- ✓ Verificar se o aluno apresenta ou não determinados conhecimentos ou habilidades necessárias para aprender algo novo (pré- requisitos).
- ✓ Identificar, discriminar, caracterizar as causas determinantes das dificuldades de aprendizagem ou essas próprias dificuldades para uma prescrição.

- ✓ Comprovar as hipóteses sobre as quais se baseia o currículo.
- ✓ Obter informações sobre o rendimento do aluno.
- ✓ Função formativa ou de controle.
- ✓ Informar o aluno e professor sobre os resultados que estão sendo alcançados durante o desenvolvimento das atividades.
- ✓ Melhorar o ensino aprendizagem.
- ✓ Localizar, apontar, discriminar deficiências, insuficiências no desenvolvimento do ensino- aprendizagem para eliminá-las.
- ✓ Propiciar feedback de ação (leitura, explicações, exercícios,etc.).
- ✓ Função classificatória.
- ✓ Classificar o aluno segundo o nível de aproveitamento ou rendimento alcançado.
- ✓ Buscar uma consciência coletiva quanto aos resultados alcançados. (Temos certeza de que as solicitações ou situações de aprendizagem não se limitaram a exigência de memorização e reprodução de dados pelo aluno?).

Assim, nossas expectativas em relação a uma avaliação constante marcada na observação de nossos estudantes, a contribuição da autora será significativa para implantarmos uma metodologia mais segura, sem perder de vista a realidade social em que o estudante do CEP AOF vive.

6.3. Diretrizes para Implementação do PPP

A partir da construção do Projeto Político Pedagógico do CEP AOF, evidencia-se a autonomia da escola, sendo garantida uma educação de qualidade. A autonomia é conquistada e exercida pelo conjunto dos profissionais, primando por direitos de deveres, observando princípios e reconstruindo práticas, de forma a manter respaldo legal perante a legislação educacional.

Um fator importante na implementação do PPP é um amplo olhar sobre a escola, buscando acentuar adequações ou mudanças necessárias ao momento.

(SANT-ANNA, 2021, P.41), assevera:

Todo processo ou implementação é toda engrenagem que aciona a formação do produto através de adequadas estratégias de procedimentos e sua implantação; prevê informação para decisões programadas e mantém registro do procedimento tal como ele ocorre.

A autora indica, para o processo de implementação do PPP, os padrões a seguir:

- ✓ Prevê desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo do currículo;

- ✓ Prevê ou detecta defeitos na estratégia de procedimento ou na sua implantação;
- ✓ Prevê realimentação para as pessoas responsáveis pela implementação;
- ✓ Mantém um registro de procedimento à proporção que eles ocorrem;
- ✓ Detecta dificuldades encontradas no desempenho das atividades de procedimento;
- ✓ Emprega a avaliação continuamente durante o período de implantação;
- ✓ Auxilia na interpretação dos resultados;
- ✓ A informação é delineada, obtida, registrada e relatada tão frequentemente quanto desejada;
- ✓ Envolve aperfeiçoamento efetivo e constante dos planos de avaliação.

É dessa forma que o PPP do CEPAOF irá se consolidar “no chão da escola”, sendo avaliado através de pesquisas aplicadas e sistematizadas, alinhando conceitos que condiz com a realidade dos alunos. É claro, um quesito ou outro que não se aplique à realidade, serão feitos os ajustes necessários.

6.4. O Programa Institucional de Avaliação

A concepção de avaliação que permeia o fazer pedagógico da escola pode perfeitamente orientar os processos de avaliação do Projeto Político Pedagógico, pois há uma articulação com BNCC, quando afirma que esse documento tem que está em consonância com a realidade do município.

Os instrumentos que atenderão à necessidade de acompanhamento e avaliação dos processos serão consolidados a partir do diálogo entre todos os segmentos da comunidade escolar.

A regularidade que se dará ao registro do acompanhamento das nossas ações serão articuladas pela coordenação pedagógica junto aos docentes, e pela gestão escolar junto aos demais segmentos.

Propriamente falando da avaliação voltada aos alunos, os resultados das ações deverão impactar positivamente. Para os que demonstrarem dificuldades, serão oferecidas estratégias, como por exemplo, reforço escolar.

À medida que os resultados forem surgindo em relação às dificuldades apresentadas pelos estudantes, O CEPAOF se vê na obrigação de compartilhar esses resultados adquiridos para a rede escolar de Anguera em momento oportuno.

Como já dissemos, os professores têm a missão de detectar aqueles alunos que apresentam dificuldades de aprendizado e a partir desse momento há uma interferência da direção em conjunto com a coordenação pedagógica para verificar se o problema que o educando apresenta é de ordem emocional ou cognitiva. Com o apoio da psicóloga da instituição, efetua-se os encaminhamentos necessários para recuperá-lo ou assisti-los que for necessário.

Os resultados pedagógicos resultantes da implementação do PPP serão apresentados em reunião com os membros da comunidade escolar que juntos verificam quais ações devem seguir a partir do que for detectado, dando continuidade ao processo que requer constante avaliação.

Os impactos positivos do tendem a refletir positivamente na melhoria dos índices e indicadores da escola. Assim, vivência e aplicabilidade do que está posto neste documento, refletirá no IDEB, no índice de aprendizado, proficiências em Língua Portuguesa e em Matemática, taxas de rendimento e distorção *idade x série*. Tendo também a apresentar concretas mudanças no ambiente escolar, visíveis, como maior presença dos pais/responsáveis na escola, maior engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos, aprendizagem significativa, profissionais de apoio mais qualificados, etc.

O PPP se trata do instrumento que tende ajudar a escola a superar desafios no dia-dia, de forma organizada, com foco nas maiores dificuldades, de maneira consciente, científica e participativa. O aglomerado de informações que o documento oferece, proporciona a escolha de melhores caminhos visando cumprir o papel da formação integral do aluno, dando sentido às suas intenções e objetivos.

A implementação do PPP sem dúvida representa o compromisso de uma comunidade escolar que almeja permanentes conquistas assertivas no cenário educacional, objetivando uma educação digna, justa e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que elenca diretrizes, metas e propostas para a instituição escolar, um instrumento balizador para o desenvolvimento da escola.

Assim, o Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Áureo de Oliveira Filho foi construído por várias mãos, logo, é um documento coletivo e assume papel fundamental para o desenvolvimento da escola, no entanto seus agentes educacionais devem ficar atentos a suas práticas pedagógicas e também às suas eventuais mudanças, devido a dinamicidade do nossa contemporaneidade, pois é imprescindível que suas ações busquem sempre a realidade social dos alunos, garantindo assim, a valorização dos seus saberes e também implementando atividades para a sua formação enquanto cidadão crítico capaz de colaborar com o meio em que vive como também transformá-lo. Trata-se então de um documento vivo.

O CEPAOF tem como missão proporcionar aos nossos educandos, um ambiente favorável ao estudo, relacionamento e convivência de toda a comunidade escolar. A sua visão é ser sempre um centro educacional de referência para toda a comunidade. Os valores que empregamos na instituição é o respeito, ética, responsabilidade com os estudos, respeito às diversidades, justiça e integração familiar.

O processo de construção do PPP nos remete a uma grande reflexão acerca do ensino público brasileiro, pois traz à tona modificações necessárias na estrutura educacional do país, pois já era sem tempo.

A escola pública é um grande instrumento de transformação social, logo é um instrumento de poder, no entanto a desigualdade social no Brasil é uma marca registrada..

Essa reflexão já mencionada nos incentiva a lutar por uma educação equitativa, já que as leis denotam uma garantia de uma educação digna para toda a população brasileira, assim, possuímos uma ferramenta que nos permite sonhar com uma educação que dê oportunidades iguais para nossos estudantes da cidade e do campo, diminuindo, assim, as desigualdades.

A escola é um território de luta e que a pedagogia é uma forma de política cultural. Em ambos os casos, queremos defender o argumento de que as escolas são formas sociais que ampliam as capacidades humanas, a fim de habilitar as pessoas a intervir na formação de suas próprias subjetividades e a serem capazes de exercer poder com vistas a transformar as condições ideológicas e materiais de dominação em práticas que promovam o fortalecimento do poder social e demonstrem as possibilidades de democracia. (GIROUX, SIMON, 2011, p. 109).

Assim, o compromisso de pensar e construir um documento que atenda, de fato, as reais necessidades dos nossos educandos alinhando a autonomia que a BNCC nos fornece, pode-se, sim, sonhar e desejar um ensino capaz de transformar essas desigualdades sociais, no entanto, para isso acontecer, precisaremos estar todos da comunidade escolar unidos, no sentido de fazer valer a construção de um documento tão importante como o Projeto Político Pedagógico.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis,RJ: Editora Vozes, 2013.

COBB, P. Onde está a mente? Uma coordenação das abordagens sócio-cultural e cognitivo- construtivista. C. T Fosnot (Org.). Construtivismo: Teorias, Perspectivas e Prática Pedagógica. (PP. 51-72). Porto Alegre: Artes Médicas.

DEMO,Pedro. Cidadania menor. Algumas indicações quantitativas de nossa pobreza. Petrópolis: Vozes, 1992

DESSEN, M. A. & POLIANA, A.C. A família e a escola como contexto de desenvolvimento humano. Disponível em < WWW. Scielo.br/ Paideia >. Acesso em 01/ 12/ 22.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam: São Paulo. Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática pedagógica . São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Silvia Perrone de Lima. Formações de professores(as) e relações interpessoais. Um estudo em São Bernardo do Campo. UMESP, São Bernardo do Campo, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho e educação: a polissemia da categoria trabalho e a batalhas das ideias nas sociedades de classe. 2007. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/textos_fundo.jsp?ACAO=acao1>._____. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino. Disponível em: <www.sa.iffarroupilha.edu.br/.../201254104250192gaudencio_frigotto_>. Acesso em: 2015. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio integrado. Concepções e contradições. São Paulo: Fundação Osvaldo Cruz; Ed. Cortez, 2005.

GIROUX, Henry; SIMON, Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA Tomaz Tadeu da (orgs). Currículo, Cultura e Sociedade; tradução de Maria Aparecida Baptista. 10.ed. São Paulo, Cortez, 2008.

Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). – São Paulo: Ação Educativa, 2004. ISBN 85-86382-03-5 1. Educação. 2. Educação - Qualidade. I. Título. II. Ação Educativa. III. Unicef. IV. PNUD. V. Inep-MEC.

Kosik, Karel. A didática do concreto.7 ed.Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

Kramer, S. (1989). Com a pré-escola nas mãos: Uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Ática.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. Ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública - a pedagogia crítico social dos conteúdos. 19ª ed., São Paulo: Loyola, 2001.

LOBO, Paulo. Direito Civil: Famílias. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LUCKESI, C. C. Verificação ou Avaliação: O que pratica a escola? São Paulo: FNDE. (Série Ideias, n. 8), 1998

MATURANA, H. R. & VARELA, F. J. A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Pala Athenas, 2001.

SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ, Gomes, A. I. Compreender e Transformar o Ensino. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. Aida Maria Monteiro.Tavares, Celina. A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. REPAE. V.27, n.1, p.13-24, jan/ab, 2011.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar? Petrópolis. Ed. Vozes, 2002.

PÁGINA VIRTUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
<http://www.educacaoanguera.ba.gov.br/>

SILVA, Aida Maria Monteiro.Tavares, Celina. A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos. REPAE. V.27, n.1, p.13-24, jan/ab, 2011.

SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo. Avaliação institucional e a gestão democrática na escola pública: um diálogo no município de Alagoinhas/PB. Revista Educação Pública, v. 19, nº 8, 30 de abril de 2019.

TIBA, I. Disciplina, limite na medida certa 1ª edição. São Paulo: Editora Gente, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

LDB- Lei nº 9394/ 96 de 20 de dezembro de 1996. Educação Nacional. Brasília: MEC/ 1996. Brasil.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ. Gestão para o sucesso escolar. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.